

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA CONSULTIVA PARA O APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE COMPETÊNCIA LEGAL DA GERÊNCIA DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE DE RODOVIAS DA SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE RODOVIAS - SUINF DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT**, nos termos da Resolução ANTT nº 5.810, de 03 de maio de 2019 e da Portaria ANTT nº 351, de 24 de agosto de 2018, na sede da ANTT em Brasília, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste documento e seus anexos.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.

1.3. A presente contratação adotará como regime de execução por **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, uma vez que o regime é útil pois comporta a modulação na execução e reduzirá as dificuldades em caso de variações e quantitativos, especialmente os acionados por demanda, ao longo da contratação.

1.3.1. Não serão aceitos valores unitários por itens maiores que os valores de referência da administração.

1.4. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993.

1.5. A referida prestação de serviços deverá observar as disposições contidas na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, bem como, tanto quanto cabível, a Resolução da ANTT nº 442, de 17 de fevereiro de 2004 e todas as Normas Técnicas vigentes, em especial àquelas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, do Departamento

Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e as expedidas pela ANTT, que forem pertinentes à realização o objeto desta contratação.

1.6. A **Contratação se dará por LOTE ÚNICO** para que se possa preservar a integridade qualitativa, quantitativa e econômica do objeto.

1.6.1. O objeto foi delimitado em lote único uma vez que os trabalhos desenvolvidos são interdependentes, como por exemplo: A demanda por Consultoria Especializada, decorre de necessidades percebidas no curso do desenvolvimento dos trabalhos técnicos diários, que impliquem na solicitação de apoio muito específico em assuntos não ordinários e com nível de complexidade que extrapole a expectativa para a equipe alocada.

1.6.2. As demais despesas eventuais, tais como deslocamentos e diárias, servem exclusivamente para que se permita eventuais verificações in loco, para o desenvolvimento das análises e estudos técnicos dispostos nas atividades 1 a 4, deste Termo de Referência - TR.

1.6.3. Há ainda que se considerar a interdisciplinaridade entre as coordenações para consecução das atividades desenvolvidas pela Gerência de Engenharia e Meio Ambiente de Rodovias - GEENG, devido ao caráter multifacetado dos estudos, projetos e assuntos demandantes desta, acarretando na necessidade de uma equipe integrada, embricada e intercambiável. Dada à assincronia das atividades inerentes a cada coordenação, é de grande valia a facilidade de translação da força de trabalho entre as demandas. Por outra perspectiva, a contratação em lote único centraliza, aprimora e otimiza as estruturas administrativas e gerenciais da equipe de apoio técnico, convertendo-se em eficiência operacional e econômica da contratação.

1.6.4. Dessa maneira, está demonstrado que o parcelamento do objeto implicará em prejuízo técnico e gerencial do objeto.

1.7. Os quantitativos foram definidos com base no histórico das ações realizadas no âmbito da GEENG nos últimos anos, assim, como a avaliação das melhores técnicas utilizadas para o desenvolvimento de serviços semelhantes nos demais órgãos e a sistemática e melhores práticas regulatórias e de gestão contratual desempenhadas pela SUINF.

2. JUSTIFICATIVA, OBJETIVO E ABRANGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A ANTT, administra, atualmente, 21 (vinte e um) concessões rodoviárias federais totalizando aproximadamente 10.134,20 km de rodovias concedidas¹. Em 11 de janeiro de 2019 foi assinado o Contrato de Concessão da BR-101/290/448/386/RS, e no mesmo ano, em 19 de dezembro de 2019, foi assinado o Contrato de Concessão da BR-364/365/MG/GO, dando início à quarta etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais (PROCROFE). Nota-se assim, além da grande malha viária abrangida atualmente, a intenção do Governo Federal de franca expansão da atividade, conforme pode ser observado no site do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI do Governo Federal².

2.2. Estabelece o Regimento da ANTT que a GEENG, unidade da Superintendência de Exploração de Infraestrutura Rodoviária (SUINF), tem suas atribuições distribuídas em 03 (três) Coordenações, no seguinte formato:

¹ Informação obtida no site < http://www.antt.gov.br/rodovias/Concessoes_Rodoviaras/Index.html>. Acesso em 12 de fevereiro de 2020.

² Informação disponível para consulta no site < <https://www.ppi.gov.br/projetos1#/s/Em%20andamento/u//e/Rodovias/m//t/>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2020.

1. Coordenação de Projetos e Estudos de Rodovias - CPROJ

- 1. analisar estudos de viabilidade, anteprojetos e projetos relacionados às obras de engenharia e os que envolvem novos polos geradores de tráfego;
- 2. analisar as propostas orçamentárias referentes aos projetos das novas obras e das obras previstas, bem como de pleitos de reequilíbrio, conforme dispõe os contratos de concessão e os instrumentos regulatórios vigentes; e
- 3. analisar aspectos de engenharia, visando apoiar tecnicamente a gestão contratual das rodovias e os estudos de novas outorgas.

2. Coordenação de Assuntos Ambientais de Rodovias - COAMB

- 1. fornecer o apoio técnico à tomada de decisão, acerca das atividades referentes ao licenciamento ambiental de obras e serviços;
- 2. analisar e fornecer o apoio técnico necessário aos estudos de viabilidade de novas obras e de novas outorgas;
- 3. monitorar os processos de licenciamento ambiental relacionados às obras a serem executadas;
- 4. analisar e acompanhar os indicadores ambientais, planos de gerenciamento de riscos e planos de ação de emergência; e
- 5. monitorar o sistema de gestão ambiental das rodovias outorgadas.

3. Coordenação de Faixa de Domínio de Rodovias - COFAD

- 1. propor medidas relacionadas à gestão, controle e regularização das faixas de domínio nas rodovias outorgadas;
- 2. analisar tecnicamente e acompanhar pedidos de Declaração de Utilidade Pública - DUP;
- 3. promover as ações relacionadas aos projetos de interesse de terceiros para uso e ocupação das faixas de domínio;
- 4. analisar os processos relacionados às solicitações de cessão de uso de imagens captadas pelos sistemas das concessionárias;
- 5. prestar assessoria técnica nas análises dos laudos de avaliação dos processos de desapropriação executados pelas concessionárias; e
- 6. apoiar a Superintendência na emissão de termos de anuência para fins reconhecimento de limites de retificação de áreas.

2.3. O baixíssimo efetivo de servidores na ANTT também corrobora a necessidade da contratação, sobretudo no âmbito da SUINF, a qual diante de todas as suas competências, conta com aproximadamente 32 (trinta e dois) servidores, **sendo que somente 04 (quatro) estão alocados na GEENG.**

2.4. Assim, propõe-se a contratação de empresa técnica especializada para servir como força de trabalho auxiliar, com vistas a apoiar a realização das atividades inerentes às atribuições institucionais da GEENG/SUINF, conforme dispõe a Resolução ANTT nº 5.810/2018 e a Portaria ANTT nº 351/2018, devendo tais serviços serem prestados de

Processo nº 50500.332517/2019-11

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA CONSULTIVA PARA O APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE COMPETÊNCIA LEGAL DA GERÊNCIA DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE DE RODOVIAS DA SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE RODOVIAS – SUINF DA ANTT

maneira continuada, haja vista sua perene necessidade e os relevantes impactos para a ANTT, em decorrência de sua eventual indisponibilidade.

2.5. Os serviços demandados deverão se traduzir, por exemplo, na realização das seguintes atividades de:

2.5.1. Atividades subsidiárias nas análises de estudos, anteprojetos/projetos de engenharia e orçamentos de obras e serviços, com foco no subsídio à gestão dos contratos das concessões vigentes, apoio nos estudos de concessões futuras e demais estudos oriundos de demandas adversas;

2.5.2. Atividades subsidiárias nas análises das propostas de declaração de utilidade pública, valores indenizatórios relativos às desapropriações, autorizações de uso da faixa de domínio, termos de anuência relacionados à retificação de áreas, propostas de regulamentação de faixa de domínio;

2.5.3. Atividades subsidiárias às análises e ao acompanhamento dos procedimentos de licenciamento ambiental, processos de licenciamento ambiental, gestão ambiental e demais análises relacionadas aos aspectos ambientais, com foco na gestão dos contratos das concessões de rodovias federais;

2.5.4. Atividades subsidiárias referentes à elaboração de estudos e pesquisas de engenharia, ou vinculados à desapropriação ou meio ambiente úteis aos procedimentos de revisão ou elaboração de normas da ANTT, no tocante às concessões de rodovias federais, à compatibilização das ações de melhoramento da infraestrutura e dos serviços de transporte rodoviário com a preservação do meio ambiente ou subsidiárias ao cumprimento de demandas dos órgãos de controle e afins junto à SUINF; e

2.5.5. Atividades subsidiárias às análises de processos de desapropriação das concessionárias.

2.5.6. Atividades subsidiárias de análise de documentação de prestação de contas de verbas dos contratos de concessão.

2.5.7. Levantamento de dados e informações, realização de pesquisas, atividades subsidiárias na elaboração de minutas de documentação interna, estudos e pareceres, Análises subsidiárias na elaboração de pesquisas, minutas de documentos técnicos,

minutas de documentação de rotina, minuta de pareceres, dentre outros documentos cuja temática seja afeta às atividades desenvolvidas pela GEENG.

2.6. Os serviços a serem contratados incidirão sobre os trechos das rodovias federais sob a responsabilidade da ANTT, sendo os serviços também integrados pelo apoio em estudos para novas concessões. Por fim, também integram a presente contratação, os trechos sob responsabilidade da ANTT que forem eventualmente contratados em data posterior ao início do presente contrato.

2.7. As rodovias concedidas sob a responsabilidade da ANTT estão ou serão devidamente caracterizadas nos respectivos Editais de Licitação, especialmente em seus Contratos de Concessão e Programas de Exploração das Rodovias - PER, que contêm, dentre vários aspectos, as diretrizes das atividades no trecho concedido e os Parâmetros de Desempenho exigidos. Tais documentos se encontram disponibilizados no site da Agência³.

2.8. Os serviços descritos neste Termo de Referência e que constituirão objeto de futura contratação deverão, para todos os efeitos, ser prestados em conformidade com as disposições expressas no edital e seus anexos, o qual regerá a respectiva licitação pública.

2.8.1. O escopo também se aplica a eventuais consultas à GEENG que demandem apoio técnico acerca dos aspectos de engenharia, desapropriações e meio ambiente que envolverem os estudos para estruturação de novas outorgas.

2.9. A justificativa e objetivo da contratação também está pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Preliminares, Anexo I deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A solução proposta está minudenciada nos Estudos Preliminares, e consiste na contratação de apoio técnico especializado em engenharia consultiva, para atuação subsidiária aos servidores da ANTT, lotados na GEENG.

³ Contrato, PER e demais documentos relativos as concessões de rodovias federais estão disponíveis para consulta no site <http://www.antt.gov.br/rodovias/Concessoes_Rodoviarias/Index.html>. Acesso em 12 de fevereiro de 2020.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, continuado e **com** dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.2.1. Os serviços objeto desta contratação consistem em serviços assessoriais, consistindo de atividades auxiliares aos servidores lotados na GEENG.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. **Contratação e a prestação de serviços técnicos especializados de engenharia consultiva para o apoio ao desenvolvimento das atividades de competência legal da Gerência de Engenharia e Meio Ambiente de Rodovias da Superintendência de Exploração de Infraestrutura Rodoviária - SUINF da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.**

5.1.2. Os requisitos necessários para o atendimento da contratação estão descritos neste Termo de Referência;

5.1.3. Nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, trata-se de serviço continuado.

5.1.4. As práticas de sustentabilidade ambiental estão descritas neste Termo de Referência;

5.1.5. A duração do contrato ocorrerá por 12 (doze) meses, autorizada a prorrogação por até 60 (sessenta) meses;

5.1.6. Poderá haver necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas conforme descrito neste Termo de Referência;

5.1.7. O Regime de Execução é Empreitada por Preço Unitário.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

5.4. O enquadramento das categorias profissionais a serem empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), visto que há disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, consta do Anexo V a este Termo de Referência.

5.5. Ao longo da contratação poderão ocorrer deslocamentos para vistorias “in loco”, cujas solicitações ocorrerão mediante demanda da ANTT, cuja estimativa para fins de orçamento, que traz o detalhamento dos valores para tanto alocados, alcançou os seguintes quantitativos anuais:

Descrição	Quantidade
Deslocamentos terrestres	25
Deslocamentos aéreos	36
Diárias	72

6. VISTORIA.

6.1. Face a especificidade do objeto, não haverá necessidade de vistoria, todavia caso a licitante tenha interesse em realizá-la, deverá solicitar o seu agendamento, por meio dos telefones 3410-1746 e 3410-1707 ou via correio eletrônico a ser enviado ao seguinte endereço eletrônico: geeng@antt.gov.br.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. As atividades detalhadas neste Termo de Referência expressam os serviços acessórios e complementares de apoio técnico, prestados junto aos servidores da ANTT, conforme já descrito neste Termo de Referência, deverão sempre buscar as melhores práticas, inclusive em âmbito internacional, de forma a promover a constante evolução da qualidade dos serviços executados.

7.2. Dessa maneira, a Contratada receberá por meio da fiscalização a distribuição dos trabalhos que deverá executar, ao longo do período, devendo executá-los seguindo os normativos técnicos e legais em vigência, materializando suas atividades por meio de relatórios técnicos que integrarão, dentre outras informações, os relatórios mensais, que serão entregues para efeito de medição e pagamento.

7.3. Os relatórios mensais deverão conter registro de todos trabalhos executados pela equipe alocada no período, contemplando informações que permitam à fiscalização a avaliação analítica da produtividade planejado/demandado pela GEENG/SUINF.

7.3.1. Em cada relatório mensal, em capítulo próprio, deverá ser informado o número de demandas registradas no período, considerando: a entrada, etapas de análise e finalização, sendo esta etapa vinculadas ao aceite pelo servidor que acompanhou o resultado de cada um dos estudos demandados.

7.3.2. Para as demandas não concluídas no período, deve ser informada a etapa em que se encontra e o percentual remanescente, considerando o tempo imputado para a mesma e o tempo gasto, até o momento da finalização do relatório mensal.

7.4. Também no relatório mensal deverá ser informado o percentual de atendimento e o eventual desvio de produtividade, para que a fiscalização possa avaliar a aferição da nota mensal da eficiência da Contratada, considerando o disposto no Anexo III – Instrumento de Medição do Resultado - IMR.

7.5. Os relatórios técnicos (de análise, de estudos ou de pesquisas), bem como as demais atividades desempenhadas pela equipe mobilizada, constituem o registro das atividades desenvolvidas pela equipe mobilizada e deverão integrar o relatório mensal de atividades.

7.6. As atividades se darão em atendimento às demandas da GEENG/SUINF e serão distribuídas conforme definido pela fiscalização, com indicação de grau de complexidade e prazos para atendimentos.

7.7. Todos os documentos produzidos na realização dos serviços contratados e todas as correspondências relativas aos serviços deverão ser entregues oficialmente à ANTT, em conformidade com o cronograma físico financeiro.

7.8. Os documentos, sejam quais forem, deverão ser entregues à ANTT, por meio de protocolo no Sistema Eletrônico de Informações SEI/ANTT.

7.9. Para o atendimento do disposto nos itens 7.7 e 7.8, tão logo assine o contrato, a contratada deverá providenciar o seu credenciamento e acesso ao SEI/ANTT.

7.10. Para que haja a maior competitividade na presente contratação, **SERÁ PERMITIDA A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO** (nos termos do art. 33 da Lei nº 8.666/1993). No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, a qual será considerada pelo CONTRATANTE a responsável pela execução dos serviços contratados.

7.10.1. A empresa estrangeira deverá atender as Resoluções nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA e a Resolução nº 1.050, de 13 de dezembro de 2013, que revoga o § 2º do art. 28 e o art. 79 da Resolução nº 1.025/2009 – CONFEA.

7.10.2. Não será permitida a participação de empresa estrangeira que não possua o Decreto de Autorização para funcionamento no Brasil e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.11. Na presente contratação não se aplicará a “Exclusividade/Benefício ME/EPP (Art. 48, Lei Complementar nº 123/2006)”, uma vez que o valor estimado é superior ao limite anual de faturamento para sociedades com tais regimes, além do que, face a natureza dos serviços, iminentemente intelectuais, não convém obrigar aos licitantes a subcontratação de Microempresas ou de Empresas de Pequeno Porte no montante de até 30% (trinta por cento) do total licitado, bem como estabelecer cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para contratação das mesmas.

7.12. No presente certame não será permitida a contratação de pessoas jurídicas que detenham contrato em vigor ou estejam prestando serviços afetos ao objeto descrito neste Termo de Referência, tais como elaboração de projetos, estudos e serviços ambientais, estudos e serviços para desapropriação, à Concessionárias de Rodovias sob a jurisdição da ANTT.

8. CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS CONTRATADOS, SUA COORDENAÇÃO E EQUIPE TÉCNICA.

8.1. Diretrizes Gerais

8.1.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência contemplam o **apoio ao desenvolvimento das atividades de competência legal da GEENG/ SUINF/ ANTT,** devendo observar no mínimo:

8.1.1.1. A verificação quanto ao atendimento às normas e padrões técnicos correspondentes, identificando inclusive as que não forem eventualmente atendidas;

8.1.1.2. A verificação quanto ao atendimento às diretrizes e definições estabelecidas nos Contratos de Concessão, Programas de Exploração de Rodovia - Pers. e Regulamentos da ANTT;

8.1.2. **Diretrizes a serem seguidas no desenvolvimento das atividades contratadas;**

8.1.2.1. As análises deverão ser realizadas segundo as diretrizes e procedimentos definidos pela ANTT, em especial a Resolução ANTT nº 1.187/2005⁴, a Resolução ANTT nº 3.651/2011 e a Portaria SUINF nº 028/2019, entre outros normativos que a sucederem. A análise com base nos normativos da ANTT, envolvem, entre outros, o

⁴ Resolução ANTT nº 1.187/2005: dispõe sobre os procedimentos de execução de obras e serviços pelas Concessionárias nas rodovias federais reguladas pela ANTT.

Resolução ANTT nº 3.651/2011: aprova a metodologia de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão de rodovias federais concedidas, em decorrência de novas obras e serviços.

Portaria SUINF nº 28/2019: revisa as diretrizes para elaboração de estudos e projetos de rodovias no âmbito da Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF.

Resoluções e Portaria disponíveis para consulta no site <<https://anttlegis.antt.gov.br/>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2020.

preenchimento de *check-lists* específicos, conforme orientação da citada Portaria SUINF nº 028/2019.

8.1.2.1.1. Deverá ser emitido relatório técnico para cada avaliação efetuada no modelo especificado pela ANTT, de acordo com a complexidade do estudo, anteprojeto ou projeto executivo e a necessidade, ou não, de análise de orçamento, conforme Portaria SUINF nº 028/2019 ou outra norma que a suceder/alterar.

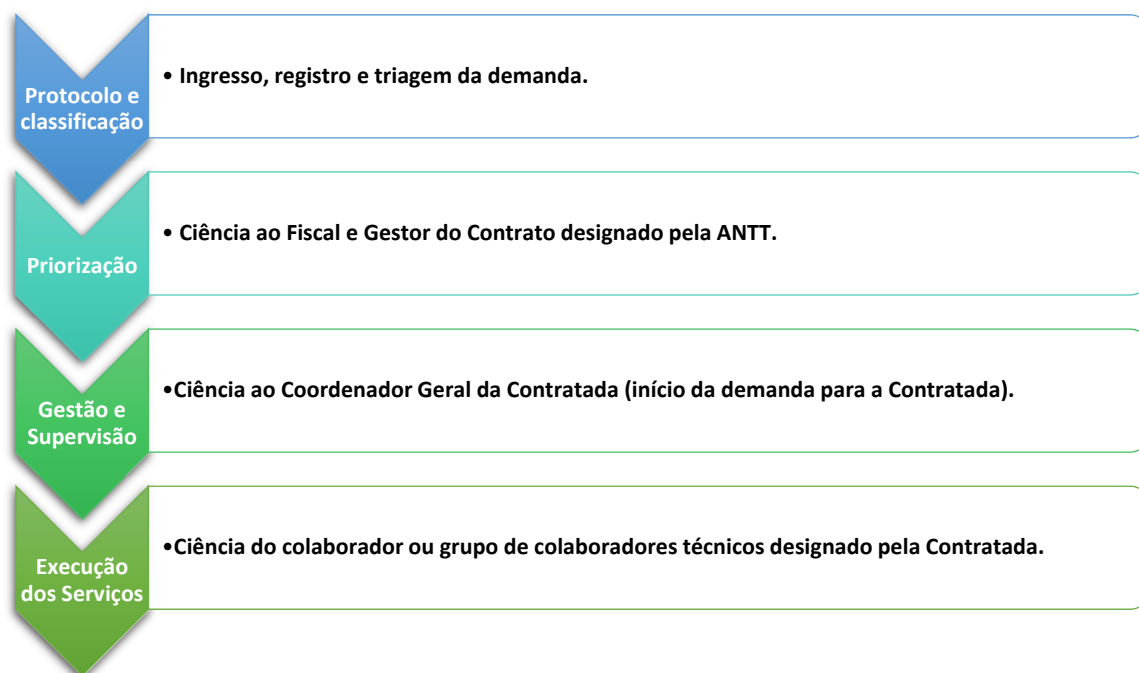
8.1.2.1.2. O referido modelo de relatório técnico será apresentado junto à Ordem de Serviços - OS.

8.1.2.2. A classificação dos projetos ou estudos de acordo com a sua complexidade está definida pela ANTT conforme descrito no Anexo III – Instrumento de Medição do Resultado, deste Termo de Referência, considerando que para a aferição da produtividade os projetos e estudos deverão, salvo situações excepcionais, ser executados nos prazos ali estabelecidos.

8.1.2.3. A Contratada deverá manter alocada integralmente a equipe técnica mobilizada relacionada neste Termo de Referência de forma que as atividades a serem produzidas contenham todos os elementos e análises aqui descritos e especialmente de forma a atender os cronogramas planejados/demandados pela ANTT.

8.1.2.4. Os relatórios mensais apresentarão o desenvolvimento de serviços que compõem as demandas por apoio técnico, materializando, de forma consolidada das atividades desenvolvidas no período, de modo que não haja perdas ou atrasos que impactem negativamente a gestão dos contratos de concessão, devendo a Contratada, zelar constantemente pela eficiência dos processos, pela produtividade.

8.1.2.5. O fluxo de trabalho esperado é o seguinte:



8.1.2.6. Como condição para a emissão da Ordem de Serviços inicial do Contrato, que também será a Ordem de Serviços para a mobilização da equipe técnica relacionada neste Termo de Referência, a Contratada deverá apresentar, pelo menos, o requerimento da **Anotação de Responsabilidade Técnica emitida** pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA e quando a apresentação dos relatórios mensais relativos à primeira medição, deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART devidamente registrada, sob pena de em caso de não apresentação no prazo indicado, incorrer em descumprimento contratual.

8.1.3. Vale observar, que durante todo tempo de vigência do contrato, serão inalteradas as funções de Coordenador Geral que foram objeto da habilitação no processo licitatório.

8.1.3.1. Caso haja necessidade de substituição dos profissionais objeto da habilitação técnica, deverá ser observado o disposto no artigo 30, § 10º da Lei nº 8.666/1993.

8.1.4. Eventualmente, conforme a necessidade da análise e complexidade envolvida, mediante demanda solicitada pela ANTT, caberá inspeção de campo para verificação das

condições locais de onde será implantada a obra cujo estudo, anteprojeto ou projeto executivo é objeto de análise.

8.2. Descrição das atividades

8.2.1. ATIVIDADE - 01 APOIO TÉCNICO NA ANÁLISE DE ESTUDOS, ANTEPROJETOS, PROJETOS DE ENGENHARIA. (PROGRAMADO)

8.2.1.1. A atividade consiste no apoio à análise técnica de estudos (estudos de demanda, estudos de tráfego, estudos geológico-geotécnicos, estudos hidrológicos, aspectos técnico-econômicos dos Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica e Ambiental - EVTEA, e outros relacionados a concessões rodoviárias) e projetos de engenharia (funcional, anteprojeto, básico, executivo, “*as-built*”) das obras e serviços previstos nos Contratos de Concessões em vigência, como naqueles que vierem a ser formalizados.

8.2.1.2. Esta atividade também contempla a análise técnica de atendimento dos parâmetros de desempenho do PER e do nível de serviço de tráfego das rodovias. Outrossim, neste item também é previsto a análise de cotações, custos e orçamentos de obras de ampliação da capacidade e melhorias, obras de manutenção do nível de serviço e obras de edificações, bem como de todos os serviços de engenharia previstos no PER, como, por exemplo, recuperação, manutenção, conservação, operação e monitoração.

8.2.1.3. As principais referências para o desenvolvimento dos trabalhos são, a Resolução ANTT nº 1.187/2005, a Resolução ANTT nº 3.651/2011, a Portaria SUINF nº 028/2019 e as normas que eventualmente as sucederem ou alterarem ao longo da execução dos serviços contratados.

8.2.1.4. A atividade também abrange eventuais consultas à GEENG que demandem apoio técnico acerca dos aspectos de engenharia, que envolverem verificação de responsabilidade pelos tempos decorridos na elaboração, envio, análise e aceitação dos anteprojetos e projetos executivos, pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato relativos aos aspectos de engenharia, além de estudos para estruturação de novas outorgas.

8.2.1.4.1. As demandas eventuais objeto deste subitem, são demandas não ordinárias que podem ser realizadas pela equipe alocada, portanto, não se confundem com as demandas objeto da Consultoria Técnica Especializada a ser acionada por demanda, quando necessário.

8.2.2. Os relatórios técnicos que comporão os relatórios mensais relativos A ATIVIDADE 1, no mínimo abrangerão:

8.2.2.1. Apoio na análise de estudos, anteprojetos e/ou projetos de baixa, média ou alta complexidade, com ou sem orçamento, referentes às concessões vigentes por ocasião da análise.

8.2.3. ATIVIDADE 2 - APOIO NA ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DAS OBRAS E DE GESTÃO AMBIENTAL DAS CONCESSIONÁRIAS DE RODOVIAS FEDERAIS. (PROGRAMADO)

8.2.3.1. A atividade consiste no apoio ao acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental de todas as obras previstas nas rodovias concedidas, da gestão ambiental das concessões rodoviárias federais, do apoio na análise ou na elaboração de estudos e pesquisas inerentes às atividades da Coordenação de Assuntos Ambientais, bem como dos demais aspectos ambientais que envolvem a gestão dos contratos de concessão.

8.2.3.2. As atividades a serem desenvolvidas devem compreender, no mínimo:

8.2.3.2.1. Apoio no acompanhamento e monitoramento dos processos de licenciamento e demais autorizações ambientais correlatas ao pleno exercício das concessões federais rodoviárias;

8.2.3.2.2. Apoio na análise e elaboração dos estudos e documentos técnicos, relativos aos aspectos socioambientais das concessões rodoviárias federais;

8.2.3.2.3. Apoio na análise de Relatórios de Acompanhamento Ambiental, Relatórios relativos à Gestão Ambiental, Planos de Gerenciamento de Riscos, Planos de Ação de Emergência e demais relatórios, que tratam dos aspectos socioambientais das concessões de rodovias federais;

8.2.3.2.4. Apoio na verificação de responsabilidade pelos tempos decorridos em processos de licenciamento ambiental e análises de pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato relativos aos aspectos ambientais.

8.2.3.2.5. Realização de vistorias técnicas para subsidiar as análises dos processos ligados às rotinas da Coordenação de Assuntos Ambientais, conforme regulamentos vigentes ou disposições contratuais;

8.2.3.2.6. Apoio na análise e verificação de documentação comprobatória inerentes a avaliações de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão rodoviária federal, conforme regulamentos vigentes ou disposições contratuais;

8.2.3.2.7. Apoio técnico voltado à melhoria da gestão ambiental das concessões rodoviárias federais e ao aprimoramento dos procedimentos de acompanhamentos dos aspectos ambientais previstos nos contratos de concessão.

8.2.3.3. A atividade também abrange eventuais consultas à GEENG que demandem apoio técnico acerca dos aspectos de meio ambiente que envolverem os estudos para estruturação de novas outorgas.

8.2.3.3.1. As demandas eventuais objeto deste subitem, são demandas não ordinárias que podem ser realizadas pela equipe alocada, portanto, não se confundem com as demandas objeto da Consultoria Técnica Especializada a ser acionada por demanda, quando necessário.

8.2.4. Os relatórios técnicos que comporão os relatórios mensais relativos A ATIVIDADE 2, no mínimo, abrangerão:

8.2.4.1. Apoio no acompanhamento e monitoramento dos processos de licenciamento e demais autorizações ambientais correlatas ao pleno exercício das concessões federais rodoviárias;

8.2.4.2. Apoio na análise e elaboração dos estudos e documentos técnicos, relativos aos aspectos socioambientais das concessões, quando aplicáveis ao período de referência;

8.2.4.3. Apoio na análise de Relatórios de Acompanhamento Ambiental, Relatórios relativos à Gestão Ambiental, Planos de Gerenciamento de Riscos, Planos de

Ação de Emergência e demais relatórios, que tratam dos aspectos socioambientais das concessões de rodovias, quando aplicáveis ao período de referência;

8.2.4.4. Relatórios inerentes à realização de eventuais vistorias técnicas realizadas no período de referência do relatório mensal para subsidiar as análises dos processos ligados às rotinas da Coordenação de Assuntos Ambientais;

8.2.4.5. Apoio na análise e verificação de documentação comprobatória inerentes a avaliações de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, quando aplicáveis ao período de referência;

8.2.4.6. Apoio técnico voltado à melhoria da gestão ambiental das concessões rodoviárias e ao aprimoramento dos procedimentos de acompanhamentos dos aspectos ambientais previstos nos contratos de concessão, quando aplicáveis ao período de referência;

8.2.4.7. Apoio à realização de estudos e pesquisas mediante consultoria especializada em meio ambiente, com vistas ao aprimoramento das ações da ANTT no âmbito das rodovias federais concedidas, quando referentes ao período correspondente ao relatório mensal.

8.2.5. ATIVIDADE 3 - APOIO NA ANÁLISE DE PROCESSOS DE DESAPROPRIAÇÃO E OUTRAS ATIVIDADES RELACIONADAS À FAIXA DE DOMÍNIO DE RODOVIAS. (PROGRAMADO)

8.2.5.1. A atividade consiste no assessoramento à análise das propostas de declaração de utilidade pública, análise dos valores indenizatórios utilizados nas desapropriações, auxílio nos procedimentos de autorizações de uso da faixa de domínio e termos de anuência relacionados à retificação de áreas e apoio nas rotinas de gestão, controle e propostas de regulamentação de faixa de domínio, conforme requisitos dos contratos de concessão e procedimentos definidos pela ANTT.

8.2.5.2. As atividades a serem desenvolvidas devem compreender, no mínimo:

8.2.5.2.1. Análise dos pedidos de declaração de utilidade pública a serem feitos conforme legislação vigente, regulamentos da ANTT ou disposições constantes dos contratos de concessão.

8.2.5.2.2. Análise de relatórios de valores necessários à obtenção dos custos prévios de desapropriação ou análises de valores indenizatórios apresentados para fins de prestação de contas de desapropriação, conforme regulamentos vigentes e disposições constantes dos contratos de concessão.

8.2.5.2.3. Análises das contestações judiciais relacionadas à procedimentos de avaliação indenizatória que compõem as periciais judiciais de desapropriação, conforme demandas advindas do poder judiciário.

8.2.5.2.4. Realização de vistorias técnicas para subsidiar as análises dos processos ligados às rotinas da Coordenação de Faixa de Domínio, conforme regulamentos vigentes ou disposições contratuais.

8.2.5.2.5. Apoio na análise e verificação de documentação comprobatória dos custos e de desapropriação (notas fiscais, documentos judiciais, recibos, entre outros) ou de outras rotinas ligadas às prestações de contas, conforme regulamentos vigentes ou disposições contratuais.

8.2.5.2.6. Apoio nos procedimentos administrativos relacionados à emissão de portaria autorizativa para fins de utilização das faixas de domínio ou emissão de termos de anuência vinculados aos processos de retificação de áreas ou reconhecimentos de limites, conforme requisições advindas de terceiros e disposições legais vigentes.

8.2.5.2.7. Apoio técnico voltado à melhoria da gestão territorial, uso e ocupação das faixas de domínio e nos procedimentos de elaboração de regulamentos específicos, conforme regulamentos vigentes ou disposições contratuais.

8.2.5.2.8. Apoio na verificação de responsabilidade pelos tempos decorridos em processos de desapropriação e declaração de utilidade pública, bem como nas análises de pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato relativos aos aspectos de desapropriação.

8.2.5.3. A atividade também abrange eventuais consultas à GEENG que demandem apoio técnico acerca dos aspectos desapropriações que envolverem os estudos para estruturação de novas outorgas.

8.2.5.3.1. As demandas eventuais objeto deste subitem, são demandas não ordinárias que podem ser realizadas pela equipe alocada, portanto, não se confundem com as

demandas objeto da Consultoria Técnica Especializada a ser acionada por demanda, quando necessário.

8.2.6. Os relatórios técnicos que comporão os relatórios mensais relativos a ATIVIDADE 3, no mínimo, abrangerão:

8.2.6.1. Apoio na análise de propostas de Declaração de Utilidade Pública vinculadas a projetos.

8.2.6.2. Apoio na análise de propostas de Declaração de Utilidade Pública vinculadas a estudos, anteprojetos, projetos dos empreendimentos previstos nos Programas de Exploração Rodoviária- PERs assim como aqueles inicialmente não previstos e que vierem a ser agregados ao longo da vigência dos contratos de concessão.

8.2.6.3. Análise de relatórios de valores necessários à obtenção dos custos prévios de desapropriação ou análises de valores indenizatórios apresentados para fins de prestação de contas de desapropriação, conforme regulamentos vigentes e disposições constantes dos contratos de concessão.

8.2.6.4. Análises das contestações judiciais relacionadas à procedimentos de avaliação indenizatória que compõem as periciais judiciais de desapropriação, conforme demandas advindas do poder judiciário.

8.2.6.5. Realização de vistorias técnicas para subsidiar as análises dos processos ligados às rotinas da Coordenação de Faixa de Domínio, conforme regulamentos vigentes ou disposições contratuais.

8.2.6.6. Apoio na análise e verificação de documentação comprobatória dos custos e de desapropriação (notas fiscais, documentos judiciais, recibos, entre outros) ou de outras rotinas ligadas às prestações de contas, conforme regulamentos vigentes ou disposições contratuais.

8.2.6.7. Apoio nos procedimentos administrativos relacionados à emissão de portaria autorizativa para fins de utilização das faixas de domínio ou emissão de termos de anuência vinculados aos processos de retificação de áreas ou reconhecimentos de limites, conforme requisições advindas de terceiros e disposições legais vigentes.

8.2.6.8. Apoio técnico voltado à melhoria da gestão territorial, uso e ocupação das faixas de domínio e nos procedimentos de elaboração de regulamentos específicos, conforme regulamentos vigentes ou disposições contratuais.

8.2.7. ATIVIDADE 4 - APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

8.2.7.1. Além das atividades relacionadas essencialmente às análises dos projetos de engenharia, meio ambiente, desapropriação e gestão da faixa de domínio, há a necessidade de alocação de outros profissionais conhecedores da temática relacionada a infraestrutura rodoviária, para atuarem no Apoio Técnico Administrativo.

8.2.7.2. Para tanto, foram definidos perfis profissionais para o desempenho das atividades acessórias e complementares, tais como: recepção, registros e classificação dos projetos no “Sistema de Gestão das Análises de Projetos de Rodovias - SIGEPRO”, elaboração e abastecimento de painéis de controle de indicadores, instrução de processos com elaboração de documentação técnica, dentre outras atividades que permitam, tanto à Coordenação Geral, quanto à Fiscalização, o controle das atividades desempenhadas, de forma a fornecer à Alta Direção da ANTT a informação real da evolução das análises realizadas pela Contratada com celeridade, precisão, objetividade, clareza e eficiência.

8.2.7.3. Face a intensa e constante demanda de solicitações de informações decorrentes dos projetos avaliados pela GEENG, também há necessidade de compor a equipe com um profissional com formação na área jurídica, que detenha conhecimento afetos à infraestrutura rodoviária (conhecimento de legislação e normativos setoriais, bem como os sistemas de controle), para em apoio aos servidores da GEENG, elaborar documentação técnica para instrução de instrumentos para atendimentos às solicitações de auditorias, processos judiciais e/ou prejudiciais, pleitos e solicitações de informações.

8.2.7.4. As atividades desenvolvidas pelos profissionais alocados na Atividade 4, também deverão ser constar dos relatórios mensais, em capítulo específico.

8.2.8. DESPESAS EVENTUAIS A SEREM COMPORTADAS NO CONTRATO

8.2.8.1. CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E/OU PESQUISAS NO ÂMBITO DAS CONCESSÕES RODOVIÁRIAS. (POR DEMANDA)

8.2.8.1.1. A Agência poderá se valer de Consultoria Especializada no decorrer das análises técnicas e demais serviços previstos no Edital, caso, eventualmente, necessite desenvolver estudos específicos cuja complexidade do tema, profundidade da avaliação demandadas supere as capacidades técnica da equipe prevista para as atividades 1, 2 e 3. Esta previsão visa suprir necessidade de subsidiar o aprimoramento de normativos, bem como aprimorar procedimentos, realizar avaliações específicas e peculiares a um determinado caso, inclusive as decorrentes de novas jurisprudências, apontamentos indicados por órgãos de controle e determinações judiciais.

8.2.8.1.2. A Consultoria Técnica Especializada será solicitada por demanda, a qualquer tempo, devendo a empresa vencedora prover os serviços quando requerido.

8.2.8.1.3. Consistirá na consultoria especializada referente à realização de estudos e pesquisas com vistas a subsidiar decisões acerca de questões técnicas de engenharia, desapropriação e gestão da faixa de domínio ou meio ambiente relacionadas aos contratos de concessão e a fim de subsidiar o aprimoramento dos normativos técnicos da ANTT (inclusive ao desenvolvimento de novas diretrizes) aplicados às rodovias federais concedidas.

8.2.8.1.4. Os trabalhos poderão envolver, dentre outros, simulações de cenários, projeções ou compilações de dados de tráfego, desenvolvimento de metodologias de engenharia de custos, pesquisa na área de sistemas de gerenciamento de pavimentos, atualização de metodologias de gerenciamento de riscos, adaptação, ampliação, desenvolvimento e aplicação das pesquisas desenvolvidas com Recursos para Desenvolvimento Tecnológico - RDT dos contratos de concessão nos estudos, anteprojetos, projetos e obras de engenharia relativas às concessões rodoviárias,

desenvolvimento ou aprimoramento de sistemas computacionais de gestão das análises de projetos de engenharia e outros estudos técnicos relacionados.

8.2.8.1.5. Estes estudos estarão condicionados às necessidades constatadas pelos gestores da ANTT no decurso do contrato e conforme o planejamento interno do órgão. Portanto, o objetivo pretendido é dispor da possibilidade de acionar a empresa contratada para que a mesma realize o referido trabalho, resultando em um relatório final útil às tomadas de decisões por parte da Agência.

8.2.8.1.6. De forma exemplificativa e não exaustiva, dentre o rol de temas que poderão ser demandados ao longo da execução listam-se:

- i. Análises de disciplinas específicas relacionadas a projetos de túneis;
- ii. Análises de disciplinas específicas relacionadas Sistema ITS (*Intelligent Transportation Systems*) e à novas tecnologias aplicadas à operação de concessões rodoviárias, como redes lógicas, rádios de apoio aos usuários, redes *wi fi*, entre outras inovações tecnológicas que podem ser agregados a infraestrutura e a prestação do serviço de transporte rodoviário concedido;
- iii. Estudos específicos relacionados à segurança viária;
- iv. Análise de aspectos ambientais relacionados a espeleologia; arqueologia, antropologia ou outra área de conhecimento específica relacionada à aspectos socioambientais afetos à infraestrutura e aos serviços de transporte rodoviário;
- v. Estudos específicos de engenharia de avaliações relacionados a determinadas interferências como gasodutos, oleodutos, adutoras, troncos de redes de dados;
- vi. Verificação específica de determinado estudo de tráfego e aferição dos níveis de serviço das rodovias;
- vii. Estudos geológicos e/ou geotécnicos específicos relacionados a obras de contenção e estabilidade de taludes ou fundações especiais;

- viii. Estudos específicos relacionados a vida útil e à novas tecnologias referentes à pavimentação;
- ix. Estudos específicos relacionados a recuperação e reforço de estruturas;
- x. Avaliação de orçamentos relativos aos custos de implantação de obras, edificações, equipamentos, sistemas, quanto aos custos relacionados aos serviços de conservação, recuperação, manutenção, operação e monitoração. Estudos e ensaios de engenharia específicos demandados por determinações de órgãos de controle, como por exemplo ocorreu no caso da Nova Subida da Serra de Petrópolis, entre outros que possam advir.

8.2.8.1.7. Assim, a ANTT, para cada demanda, formalizará solicitação à empresa contratada, contendo anexo a especificação dos serviços a serem desenvolvidos no trabalho requerido. De posse desses documentos, a empresa retornará com o plano de trabalho respectivo, contendo cronograma, fases e recursos, conforme as especificações indicadas pela Agência.

8.2.8.1.8. A ANTT, conforme preconizado nas especificações, poderá exigir a entrega de relatórios parciais, reuniões e apresentações dos trabalhos, até a entrega do relatório final do trabalho demandado à consultoria especializada.

8.2.8.1.9. Estes serviços serão desenvolvidos no mínimo por 01 (um) profissional especializado ou equipe de profissionais, tendo por indicação na categoria definida na Tabela de Preços de Consultoria do DNIT como Consultor Especial - CM, havendo a possibilidade de subcontratação para esta finalidade.

8.2.8.1.10. **A qualificação mínima dos consultores será as especificadas na tabela de consultoria do DNIT, sendo: pelo menos 15 (quinze) anos de experiência ou possuir grau de Doutor.** Para cada serviço solicitado a fiscalização demandante promoverá análise da capacidade dos consultores indicados, conforme as exigências específicas de cada trabalho.

8.2.8.1.11. A Contratada poderá subcontratar os serviços de consultoria demandado pela ANTT, sendo que os nomes dos profissionais, consultores, acompanhado dos

respectivos *curriculum vitae*, deverão ser submetidos à prévia análise e aprovação pela fiscalização demandante para confirmação da qualificação profissional exigida.

8.2.8.1.12. Cada unidade da Consultoria Especializada será denominada UD1 (Unidade de Despesas - 1) e corresponderá ao equivalente a 176 (cento e setenta e seis) horas trabalhadas por 01 (um) Consultor, onde não estão incluídas as despesas com deslocamento e diárias.

8.2.8.1.13. Quando solicitado, a contratada deverá apresentar, juntamente com a relação dos profissionais indicados, um plano de execução da consultoria ao Apoio Técnico Especializado para a fiscalização demandante, que irá avaliar a carga horária atribuída, contabilizando a quantidade de UD1s equivalentes, autorizando assim a execução dos serviços.

8.2.8.1.14. A cada demanda solicitada, a Contratada deverá entregar, anexo ao documento técnico produzido, o Relatório de Consultoria Técnica Especializado onde deverá constar todo o detalhamento dos serviços realizados, correspondentes à quantidade de UD1 contabilizada no referido relatório. A forma de apresentação do trabalho demandado, constará no documento que solicitará a demanda.

8.2.9. FORNECIMENTO DE DESLOCAMENTO E DIÁRIAS PARA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES CONTRATADAS (Por Demanda)

8.2.9.1. Tem por objetivo o **fornecimento dos meios de deslocamentos, aéreos e terrestre, em território nacional, necessários para o desenvolvimento das atividades de apoio técnico exercidos pelos profissionais mobilizados nas atividades 1 a 4 e na Consultoria Especializada (UD1), que compõem este Termo de Referência.**

8.2.9.2. As Unidades de despesa foram separadas nos formatos deslocamento terrestre e aéreo, bem como diárias, de forma que a cada acionamento, a Contratada deverá apresentar o total de despesas eventuais para as viagens a serviço.

8.2.9.2.1. Tais despesas, deverão ser objeto de solicitação da fiscalização, que aprovará previamente à sua realização, quando constatada a sua necessidade.

8.2.9.3. UD 2 – DESLOCAMENTO TERRESTRE

8.2.9.3.1. Para a apuração do valor médio da UD2 foi apropriada a locação de veículos, incluindo combustível, considerando para a parte terrestre do deslocamento as localidades indicadas no orçamento referencial.

8.2.9.3.1.1. Os valores relativos aos pedágios, devem ser considerados como incluídos na cotação da média de valores de locação de veículos e combustível.

8.2.9.3.2. Para a média de combustível foi considerado o total de km ora concedidos, considerando valores atribuídos para as localidades, pela Agência Nacional do Petróleo - ANP.

8.2.9.4. UD 3 – DESLOCAMENTO AÉREO

8.2.9.4.1. Para a apuração do valor médio da UD3 foram cotados preços médios de passagens aéreas, considerando as localidades servidas por aeroportos, nos trechos concessionados.

8.2.9.4.2. A cidade de Goiânia não foi considerada para aferição da média em questão, visto que para tal trecho somente será admitido o deslocamento rodoviário.

8.2.9.4.3. Quando solicitado, a Contratada deverá apresentar, ao fiscal indicado, um orçamento detalhado envolvendo todos os custos diretos e indiretos para o deslocamento a ser exercido pelos profissionais mobilizados, que após avaliação dos custos envolvidos e contabilizadas as quantidades de UD2s equivalentes, emitirá a devida autorização do deslocamento previamente.

8.2.9.5. UD 4 – Diárias

8.2.9.5.1. Tem por objetivo o fornecimento das diárias correspondentes às despesas com alimentação, hospedagem e deslocamento local, realizadas em deslocamentos, nacionais, **necessários para o desenvolvimento das atividades de apoio técnico pelos profissionais mobilizados nas atividades 1 a 4 e na Consultoria Especializada (UD1), que compõem este Termo de Referência.**

8.2.9.5.2. Cada unidade será denominada UD4 (Unidade de Despesa - 4) e corresponde a uma unidade de diária composta pela média dos valores correspondentes aos tipos de diárias previstas.

8.2.9.5.2.1. Valores referentes à alimentação e deslocamento local não devem compor os valores referentes à UD4, visto que são cobertos pelos benefícios pagos aos profissionais alocados na equipe mobilizada.

8.2.9.5.3. Quando solicitado, a Contratada deverá apresentar uma programação das diárias a ser utilizadas pelo profissional mobilizado, à equipe técnica da ANTT irá avaliar os custos envolvidos e contabilizar a quantidade de UD4s equivalentes, autorizando assim a utilização das diárias previamente.

8.2.9.5.4. Os valores atribuídos para as diárias são referenciais e foram obtidos com referência nos valores dispostos no Decreto nº 6.907, de 21 de julho de 2009, tendo em vista nas convenções coletivas consultadas para as categorias profissionais constantes da equipe mobilizada não dispõem de tais informações.

8.2.9.6. Todas as despesas eventuais deverão ser acrescidas da Remuneração da Empresa e das Despesas Fiscais.

Assim:

Despesas Total= (Despesas x 1+Remuneração da Empresa) x 1/(1- Despesas Fiscais)

Exemplo:

Despesa= R\$ 100,00

Percentual de Remuneração da Empresa= 12%

Percentual de Despesas Fiscais= 14%

Despesa Total= (R\$ 100,00 + (R\$ 100,00 x 12%)) x 1/(1-14%)

Despesa Total= (R\$ 112,00) x 116,279%

Despesa Total= R\$ 130,23

8.3. FORMATO DOS RELATÓRIOS

8.3.1. Os Relatórios mensais deverão observar a norma culta da língua portuguesa e conter em sua estrutura básica, no mínimo, os tópicos a seguir:

8.3.1.1. Capa e Contracapa;

8.3.1.2. Índice;

8.3.1.3. Caracterização do Apoio Técnico, contemplando a relação de profissionais alocados, por formação e nível de experiência, conforme definido no quadro da equipe técnica mobilizada;

8.3.1.4. Documentos Administrativos;

8.3.1.5. Cronograma Físico-Financeiro;

8.3.1.6. Comentários.

8.3.2. Além do conteúdo descrito no item 8.3.1, deverão ser anexados os relatórios técnicos produzidos no período, com a identificação e assinatura dos técnicos que participaram de sua elaboração, com um quadro resumo da identificação do Processo, descrição da obra, localização, rodovia, concessionária, tipo de projeto, existência de orçamento, resultado da análise, prazo demandado para a análise, se completo ou não, percentual remanescente, dentre outras informações, conforme modelo apresentado por ocasião da Ordem de Serviços.

8.3.2.1. A Contratada também deverá observar o disposto nos itens 7.3 e 7.4, deste Termo de Referência.

8.3.3. Também deverão ser descritas as atividades desempenhadas pelo Apoio Técnico Administrativo, além da apresentação de documentação técnica produzida pelos profissionais alocados na atividade.

8.3.4. Os relatórios da Consultoria Especializada, quando demandada, deverão observar, no que for pertinente, a estrutura determinada para os relatórios mensais.

8.4. COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.4.1. A coordenação geral da prestação dos serviços será exercida pelo Coordenador Geral, cujas atribuição será garantir a execução do contrato em

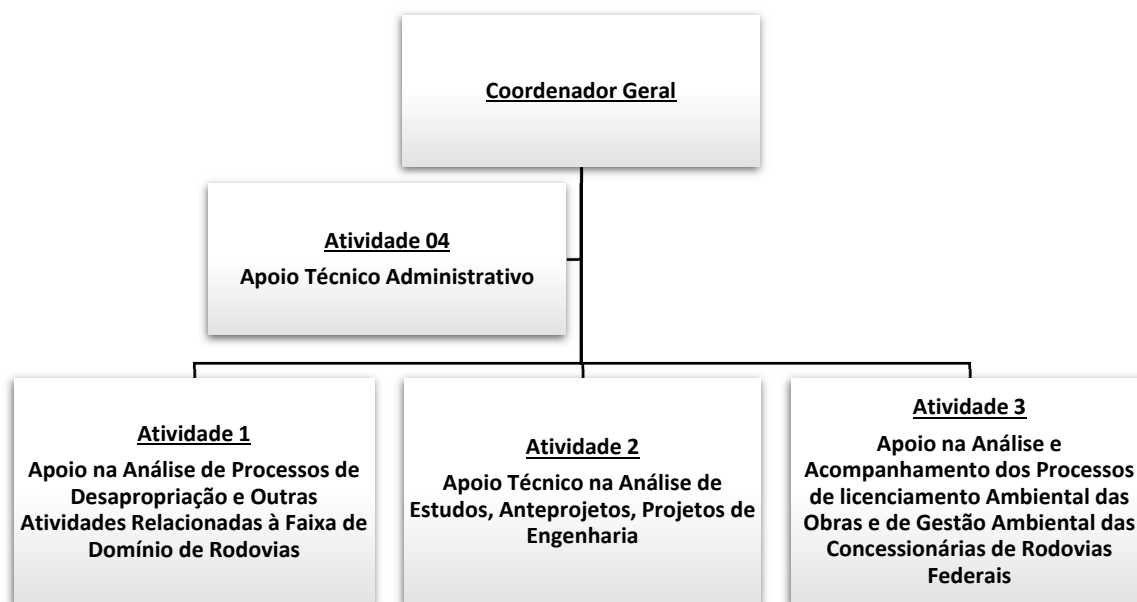
conformidade com os aspectos legais e com todas as disposições do Edital, do Termo de Referência e do Contrato firmado, respondendo junto à ANTT pela boa execução do contrato a ser pactuado.

8.4.2. Compete ao Coordenador Geral elaborar os Relatórios Mensais e apresentá-los à ANTT para a avaliação da fiscalização a fim possibilitar o aceite dos trabalhos pela Agência.

8.4.3. O Coordenador Geral deverá ser o responsável pela realização de tratativas com os representantes da Administração e deverá estar lotado continuamente na sede da ANTT, durante a execução dos serviços.

8.4.4. Todas as atividades serão supervisionadas diretamente pelo Coordenador Geral, sendo que suas atribuições consistirão em controlar a qualidade das atividades desenvolvidas diariamente, orientar sua execução, revisar e corroborar com todos os relatórios técnicos, atuando assim no âmbito estritamente técnico das categorias de serviços, perante à equipe alocada.

8.4.5. O Organograma hierarquizado a ser considerado é o seguinte:



8.5. EQUIPE TÉCNICA MOBILIZADA

8.5.1. A composição da equipe mobilizada foi estimada com base em dados históricos de demandas, em função das práticas atuais dos processos e dos fluxos de informações em operação na ANTT.

8.5.2. Entretanto, é de responsabilidade da contratada, para atender as demandas expressas para cada uma das atividades, buscar profissionais com as qualificações exigidas, de forma a dar pleno atendimento às expectativas dispostas neste Termo de Referência e seus anexos.

8.5.3. **Em até 05 (cinco) dias a contar da assinatura do contrato, deverá ser emitida a ordem para o início da prestação dos serviços contratados.**

8.5.3.1. Caso se atinja o prazo referido, sem a comunicação formal da fiscalização, a Contratada, deverá dar início a prestação de serviços.

8.5.3.2. Uma vez iniciada a prestação de serviços, em até 30 (trinta) dias, a Contratada deverá estar com a equipe integralmente mobilizada.

8.5.3.3. O horário de trabalho da equipe técnica mobilizada deverá obedecer ao horário de funcionamento da ANTT.

8.5.3.3.1. A Contratada deverá zelar para que seus colaboradores observem a carga horária autorizada, de 40 (quarenta) horas semanais⁵, de forma a que não extrapolem tal jornada.

8.5.3.3.2. Nos termos do disposto no item d.1.3. do anexo V da IN 05/2017, nessa contratação será admitida a flexibilização da execução da atividade ao longo do horário de expediente, vedando-se a realização de horas extras ou pagamento de adicionais não previstos nem estimados originariamente no ato convocatório.

8.5.3.4. Tratando-se da equipe mobilizada, eventuais autorizações para realizações de trabalho fora da sede da ANTT, deverão ser objeto de autorização excepcional, devendo a Contratada registrar tal solicitação com a devida antecedência, cabendo a fiscalização a avaliação da sua conveniência.

8.5.4. Vale observar que durante todo tempo de vigência do contrato, serão inalteradas as funções objeto de habilitação no processo licitatório.

⁵ Clausula 6ª – Normas Gerais – CCT SENGE – SINAENCO DF000687/2019

8.5.5. A contratada deverá ter, ao longo de toda a vigência contratual, condições plenas de alocar pessoal qualificado, para a prestação dos serviços, em conformidade com as exigências constantes deste Termo de Referência, sempre em tempo hábil e em todos os níveis exigidos.

8.5.6. Neste sentido, caberá o cumprimento de, no mínimo, os seguintes quesitos referentes à qualificação dos profissionais da equipe técnica mobilizada, durante toda a vigência do contrato:

8.5.6.1. PARA AS ATIVIDADES RELACIONADAS A COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES CONTRATADAS:

- **Para a função de Coordenação Geral (P0) - – Formação em Engenharia Civil - Experiência Profissional ≥ 10 (dez) anos**
 - **Experiência mínima comprovada de 10 (dez) anos** no planejamento e gestão de empreendimentos na área de infraestrutura rodoviária, envolvendo Coordenação de Equipes de Gerenciamento, Projetos ou Supervisão.
 - **Experiência mínima comprovada de 10 (dez) anos** de ter exercido a coordenação técnica de equipes de engenharia e/ou gerenciamento/coordenação de elaboração/análises de projetos e orçamentos de obras e serviços de infraestrutura rodoviária.

8.5.6.2. PARA A ATIVIDADE 1 - ASSESSORAMENTO NA ANÁLISE DE ESTUDOS, ANTEPROJETOS, PROJETOS DE ENGENHARIA:

8.5.6.2.1. **(01) Profissionais de nível superior sênior (P1), (Engenheiro civil) ≥ 8 (oito) anos** de experiência profissional comprovada, para atuar em análise ou elaboração de Projetos e/ou Estudos de Pavimentação de Rodovias;

8.5.6.2.2. **(01) Profissionais de nível superior sênior (P1), (Engenheiro Civil) ≥ 8 (oito) anos** de experiência profissional comprovada, para atuar na em análise ou elaboração de Projetos e/ou Estudos de Obras de Arte Especiais de Rodovias;

8.5.6.2.3. (01) Profissional de nível superior sênior (P1), (Engenheiro Civil) ≥ 8 (oito) anos de experiência profissional comprovada, para atuar em análise ou elaboração de Projetos e/ou Estudos de Geotecnia, Terraplenos e Estruturas de Contenção de Rodovias;

8.5.6.2.4. (01) Profissional de nível superior sênior (P1), (Engenheiro Civil) ≥ 8 (oito) anos de experiência profissional comprovada, para atuar em análise ou elaboração de Projetos e/ou Estudos Geométricos, Sinalização e Elementos de Proteção e Segurança de Rodovias;

8.5.6.2.5. (01) Profissional de nível superior sênior (P1), (Engenheiro Civil) ≥ 8 (oito) anos de experiência profissional comprovada, para atuar em análise ou elaboração de Projetos e/ou Estudos de Hidrologia, Drenagem e Obras de Arte Correntes de Rodovias;

8.5.6.2.6. (03) Profissionais de nível superior sênior (P1), (Engenheiro Civil) ≥ 8 (oito) anos de experiência profissional comprovada, para atuar em análise ou elaboração de Custos e Orçamentos de Obras de Infraestrutura e Edificações, Serviços de Recuperação, Manutenção, Conservação e Sistemas, Equipamentos e Serviços Operacionais de Rodovias;

8.5.6.2.7. (01) Profissional de nível superior sênior (P1), (Engenheiro Civil) ≥ 8 (oito) anos de experiência profissional comprovada, para atuar em análise ou elaboração de Estudos de Tráfego e Nível de Serviços de Rodovias;

8.5.6.2.8. (01) Profissionais de nível superior pleno (P2) (Engenheiro Civil) com ≥ 5 (cinco) anos de experiência profissional comprovada, para atuar em análise ou elaboração de Projetos e/ou Estudos de Pavimentação de Rodovias;

8.5.6.2.9. (01) Profissionais de nível superior pleno (P2) (Engenheiro Civil), com ≥ 5 (cinco) anos de experiência profissional comprovada, para atuar em análise ou elaboração de projetos e/ou Estudos de Obras de Arte Especiais de Rodovias;

8.5.6.2.10. (01) Profissionais de nível superior pleno (P2) (Engenheiro Civil) com ≥ 5 (cinco) anos de experiência profissional comprovada, para atuar em análise ou elaboração de Projetos e/ou Estudos de Geotecnia, Terraplenos e Estruturas de Contenção de Rodovias;

8.5.6.2.11. (01) Profissionais de nível superior pleno (P2) (Engenheiro Civil) com ≥ 5 (cinco) anos de experiência profissional comprovada, para atuar em análise ou elaboração de Projetos Geométricos, Sinalização e Elementos de Proteção e Segurança de Rodovias;

8.5.6.2.12. (01) Profissional de nível superior pleno (P2), (Engenheiro Civil) ≥ 5 (cinco) anos de experiência profissional comprovada, para atuar em análise ou elaboração de Projetos e/ou Estudos de Hidrologia, Drenagem, e Obras de Arte Correntes de Rodovias;

8.5.6.2.13. (04) Profissionais de nível superior pleno (P2) (Engenheiro Civil) com ≥ 5 (cinco) anos de experiência profissional comprovada, para atuar em análise ou elaboração de Custos e Orçamentos de Obras de Infraestrutura e Edificações, Serviços de Recuperação, Manutenção, Conservação e Sistemas, Equipamentos e Serviços Operacionais de Rodovias;

8.5.6.2.14. (01) Profissional de nível superior pleno (P2) (Engenheiro Civil), com ≥ 5 (cinco) anos de experiência com experiência profissional comprovada, para atuar em análise ou elaboração de Estudo de Tráfego e Nível de Serviço de Rodovias;

8.5.6.2.15. (01) Profissional de nível superior pleno (P2) (Engenheiro Civil ou Eletricista), com ≥ 5 (cinco) anos de experiência com experiência profissional comprovada, para atuar em análise ou elaboração de Estudo e/ou Projetos de Sistema Elétrico, de Iluminação e Operacional;

8.5.6.2.16. (01) Profissional de nível superior pleno (P2) (Engenheiro Civil), com ≥ 5 (cinco) anos de experiência com experiência profissional comprovada, para atuar em análise ou elaboração de Estudo e/ou Projetos de Edificações e Instalações Operacionais de Rodovias;

8.5.6.2.17. (01) Profissional de nível superior pleno (P2) (Engenheiro Civil), com ≥ 5 (cinco) anos de experiência com experiência profissional comprovada, para atuar em análise ou elaboração de Estudo e/ou Projetos de Geotecnia e Túnel de Rodovias;

8.5.6.2.18. (03) Profissionais de nível superior júnior (P3) (Engenheiro Civil), com ≥ 2 (dois) anos de experiência com experiência profissional comprovada em

qualquer área relacionada a atividade 1, para atendimento técnico especializado apoiando as equipes relativas a atividade 01.

8.5.6.3. PARA A ATIVIDADE 2 - ASSESSORAMENTO NA ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DAS OBRAS E DE GESTÃO AMBIENTAL DAS CONCESSIONÁRIAS DE RODOVIAS FEDERAIS:

8.5.6.3.1. (01) Profissional de nível superior sênior (P1) (Engenheiro Ambiental ou Engenheiro Florestal), com ≥ 8 (oito) anos de experiência profissional comprovada, para atuar em atividades relacionadas ao licenciamento ambiental, gestão, legislação ambiental de projetos de engenharia de infraestrutura de transportes;

8.5.6.3.2. (01) Profissional de nível superior pleno (P2) (Engenheiro Ambiental ou Engenheiro Florestal), com ≥ 5 (cinco) anos de experiência profissional comprovada, para atuar em atividades relacionadas ao licenciamento ambiental de obras de infraestrutura com ênfase no meio biótico;

8.5.6.3.3. (01) Profissional de nível superior pleno (P2) (Engenheiro Ambiental ou Engenheiro Florestal), com ≥ 5 (cinco) anos de experiência profissional comprovada, para atuar em atividades relacionadas ao licenciamento ambiental de obras de infraestrutura com ênfase em geoprocessamento;

8.5.6.3.4. (01) Profissional de nível superior pleno (P2) (Biólogo), com ≥ 5 (cinco) anos de experiência profissional comprovada, para atuar em atividades relacionadas à análise e acompanhamento de Programas de Manejo e Conservação da Fauna.

8.5.6.4. PARA A ATIVIDADE 3 - ASSESSORAMENTO NA ANÁLISE DE PROCESSOS DE DESAPROPRIAÇÃO E ROTINAS RELACIONADAS À FAIXA DE DOMÍNIO

8.5.6.4.1. (01) Profissional de nível superior sênior (P1) (Engenheiro Civil) com ≥ 8 (oito) anos de experiência profissional comprovada para atuar em atividades relacionadas a elaboração/análises de engenharia de avaliação desapropriação e gestão territorial de faixa de domínio de infraestruturas de transportes;

8.5.6.4.2. (01) Profissional de nível superior pleno (P2) (Engenheiro Civil) com ≥ 5 (cinco) anos de experiência profissional comprovada para atuar em atividades relacionadas a de avaliação de imóveis, desapropriação ou gestão com ênfase em faixa de domínio;

8.5.6.4.3. (01) Profissional de nível superior pleno (P2) (Bacharel em Direito), com ≥ 5 (cinco) anos de experiência profissional comprovada ou especialização em desapropriação ou gestão territorial e cadastros de ativos imobiliários; e

8.5.6.4.4. (01) Profissional de nível superior júnior (P3) (Engenheiro Civil ou agrimensor), ≥ 2 (dois) anos de experiência profissional comprovada para atendimento técnico especializado apoiando as equipes relativas a atividade 03.

8.5.6.5. PARA A ATIVIDADE 4 - APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO:

8.5.6.5.1. (01) Profissional de nível superior sênior (P1). (Bacharel em Direito) Experiência Profissional ≥ 08 (oito) anos - com experiência comprovada, para atuar em levantamento de dados, informações e elaboração de subsídio em resposta a (diligências/auditorias/informações/mandados/intimações/outros) de órgãos de controle, judiciais e policiais. Avaliação, levantamento de dados/informações e elaboração de subsídios para atendimento a pleitos. Elaboração de minutas de documentos tais como, notas técnicas, pareceres, termos de referência e instrumentos correlatos, elaboração de documentação relativa à execução contratual, tais como elaboração e revisão de documentação técnica, solicitação de reajustamentos e aditivos, conhecimento de processos de gestão e fiscalização de contratos administrativos/termos de cooperação,

convênios e instrumentos correlatos, domínio das rotinas administrativas e organizacionais exercidas na administração pública, tais como prazos, sigilos, sistema hierárquico, dentre outras.

8.5.6.5.2. (01) Profissional de nível superior Pleno (P2). (Supervisor Administrativo) Experiência Profissional ≥ 05 (cinco) anos comprovada, para atuar em rotinas administrativas e organizacionais exercidas na administração pública, tais como trâmites processuais, prazos, sigilos, sistema hierárquico, dentre outras, redação própria, habilidade para realização de pesquisas (ex: Tribunal de Contas da União, órgãos vinculados ao Ministério da Infraestrutura e outros), domínio do sistema SEI, conhecimento de informática, especialmente planilhas Excel, capacidade de interpretação de contratos, indicadores produtivos e entendimento dos fluxos de trabalho, boa comunicação interpessoal, perfil metódico, capacidade de organização e de cumprimento de prazos.

8.5.6.5.3. (01) Profissional de nível superior júnior (P3) (Assistente Administrativo) Experiência Profissional ≥ 02 (dois) anos comprovada, para atuar em rotinas administrativas e organizacionais exercidas na administração pública, assessoramento no planejamento e controle administrativo, trâmites processuais, prazos, sigilos, sistema hierárquico, dentre outras, redação própria, habilidade para realização de pesquisas sob supervisão (ex: Tribunal de Contas da União, órgãos vinculados ao Ministério da Infraestrutura e outros), domínio do sistema SEI, conhecimento de informática, especialmente planilhas Excel, boa comunicação interpessoal, capacidade de organização, de acompanhamento de atividades e andamentos e de cumprimento de prazos, gestão de agendas, de compromissos e de reuniões.

8.5.6.5.4. (01) Profissional de nível superior Auxiliar (P4) – (Assistente Administrativo) profissional que conheça a norma culta da língua portuguesa e que tenha capacidade de redação de documentos simples, tais como minutas memorandos e, despachos, capaz de acompanhar reuniões elaborando as minutas de atas de reunião, visando apoiar as atividades desenvolvidas pelos demais profissionais alocados na atividade 04, realizando pesquisas, redação de atas de reuniões.

8.5.6.5.5. (02) Profissionais Técnico Pleno (T2) - Nível Médio Completo
Experiência Profissional \geq 05 (cinco) anos, conhecimento intermediário de recursos de informática, em especial em planilha de Excel, conhecimento do sistema SEI, capacidade de compreensão e interpretação dos assuntos, revisão de textos, organização de atividades gerais trabalho relacionadas às atividades da Gerência, habilidade no manuseio e trâmite de processos e na conferência de documentos, capacidade em manter sigilo de informações, boa comunicação interpessoal oral e escrita, capacidade de organização e de cumprimento de prazos. Perfil organizado, resolutivo e comprometido.

8.5.7. O quadro resumo a seguir representa uma composição da Equipe Técnica a serem alocadas, distribuídas nas atividades, que deverão desenvolver suas atividades na sede da ANTT, é o seguinte:

EQUIPE TÉCNICA MOBILIZADA (QUADRO RESUMO)		
ALOCÇÃO	QUANTIDADE	QUALIFICAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL		
Coordenador P0	1	Experiência Profissional \geq 10 anos
ATIVIDADE 01		
Profissional Sênior P1	9	Experiência Profissional \geq 8 (oito) anos
Profissional Pleno P2	13	Experiência Profissional \geq 5 (cinco) anos
Profissional Junior P3	3	Experiência Profissional \geq 2 (dois) anos
ATIVIDADE 02		
Profissional Sênior P1	1	Experiência Profissional \geq 8 (oito) anos

EQUIPE TÉCNICA MOBILIZADA (QUADRO RESUMO)		
ALOCÇÃO	QUANTIDADE	QUALIFICAÇÃO
Profissional Pleno P2	3	Experiência Profissional \geq 5 (cinco) anos
ATIVIDADE 03		
Profissional Sênior P1	1	Experiência Profissional \geq 8 (oito) anos
Profissional Pleno P2	2	Experiência Profissional \geq 5 (cinco) anos
Profissional Junior P3	1	Experiência Profissional \geq 2 (dois) anos
ATIVIDADE 04		
Profissional Sênior P1	1	Experiência Profissional \geq 8 (oito) anos
Profissional Pleno P2	1	Experiência Profissional \geq 5 (cinco) anos
Profissional Junior P3	1	Experiência Profissional \geq 2 (dois) anos
Profissional Auxiliar P4	1	Nível Superior
Técnico Pleno T2	2	Nível Superior Completo
TOTAL	40	

8.5.8. Os profissionais graduados indicados pela CONTRATADA, para a prestação dos serviços, devem ter curso superior completo, com diploma registrado pelo Ministério da Educação - MEC, e quando couber, validado pelo Conselho Profissional Competente.

8.5.9. O tempo de experiência de cada profissional, serão submetidos à avaliação curricular (modelo de currículo sugerido em anexo) e demais comprovantes de sua experiência, como por exemplo: registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS e declarações emitida por pessoas jurídicas de direito público ou privado

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS:

9.1. As atividades deverão ser desenvolvidas na sede da ANTT em Brasília, possibilitando a realização do gerenciamento e manutenção das informações técnicas e administrativas necessárias para o assessoramento técnico no atendimento as demandas deste Termo de Referência. Para tanto, a equipe técnica multidisciplinar mobilizada deverá ser equipada com todos os recursos computacionais a serem **fornecidos pela contratada, aos seus colaboradores, durante a prestação de serviços:**

Solução	Quantidades estimadas necessárias	Descrição das funcionalidades
Compor 90®	4	<p>O 90 Compor Orçamento e Planejamento de Obras é capaz de atender as demandas de empresas dos mais variados portes da área de Engenharia. O sistema é referência em todo o país, com avaliações altamente positivas dos seus usuários, principalmente, pela confiabilidade e pela facilidade na realização de suas operações. Entre seus importantes recursos estão: apresentação de um registro completo de composições insumos e um versátil gerador de relatórios.</p> <p>Além de construtoras de todos os portes, o 90 Compor Orçamento e Planejamento de Obras também é utilizado por pessoas físicas que atuam na área de orçamentação e por diversos órgãos públicos.</p>
HDM-4 – Highway Development Management	1	<p>O programa HDM-4 foi idealizado para a análise econômica de rede rodoviária para investimentos com restrição orçamentária, buscando atingir a maior extensão possível, visando o maior retorno através do Valor Presente Líquido dos diversos cenários estudados, dentro de um horizonte de projeto (por exemplo 20 anos), podendo analisar diversas alternativas de intervenção para cada célula, indicando a época para a realização dos investimentos, tendo como objetivo final a melhor condição da rede no final do horizonte de projeto. São dados de entrada para a rodada do HDM-4 as condições atuais dos pavimentos das rodovias, obtidas no Banco de Dados para cada célula (extensões, estrutura, volume de tráfego, defeitos,</p>

Solução	Quantidades estimadas necessárias	Descrição das funcionalidades
		irregularidade, deflectometria, geometria - largura de pista, largura de acostamentos, declividades médias, índice de curvatura, etc. - condições climáticas, de topografia, idade do pavimento, idade da última restauração, etc.), dados da frota nacional (tipo de veículos, peso, custos de aquisição e de manutenção, custo do combustível), as políticas de intervenção (tipo de manutenção ou restauração e custo) e os cenários de investimento.
HCS – Highway Capacity System.	1	O programa é necessário para análises voltadas aos estudos de tráfego de rodovias, possibilitando modelagem de segmentos rodoviários a fim de se obterem os parâmetros necessários à avaliação de anteprojetos, projetos e estudos, tais como nível de serviço da rodovia atuais e projeções, volume médio diário anual, fluxogramas de tráfego, velocidades operacionais, picos horários, volume horário de projeto, dentre vários.
ArcGis	1	O programa promove a realização de geoprocessamento bem como análises de arquivos geoprocessados no âmbito dos projetos, inclusive útil às avaliações da coordenação de meio ambiente da GEENG, tendo em vista a diversidade de mapeamentos e zoneamentos realizados por intermédio de sistema de informações geográficas.
AASHTO 2002 pavement	01	Este software realiza análises necessárias ao dimensionamento de pavimentos, sendo a ferramenta mais atual no assunto em nível mundial. Desta forma, é fundamental para atualização dos procedimentos de análise de pavimentos nos diversos projetos apreciados pela GEENG.
Geostudio Standard –	1	Trata-se de um software que permite a verificação de simulações para fins de análise de estabilidade de taludes, permitindo, no âmbito das análises de projeto, verificar as modelagens nele apresentadas e checar fatores de segurança, parâmetros utilizados, dentre outras ferramentas.
@Risk	1	É um plug-in do Excel para que se possa realizar a análise de riscos com base na simulação de Montecarlo. Essa ferramenta é

Solução	Quantidades estimadas necessárias	Descrição das funcionalidades
		fundamental para avaliação do contingenciamento de recursos decorrente de riscos de um projeto.
SAP 2000	1	Este programa realiza cálculos estruturais necessários à avaliação dos diversos projetos de obras de arte especiais, tanto no que se refere à implantação, quanto recuperação, reforço e alargamento.
Elsym5	1	Trata-se de um software que realiza verificações mecanístico-empíricas do pavimento. Assim, é fundamental à análise de fadiga de pavimentos e útil à checagem do dimensionamento do pavimento presente no projeto.
TS Sisreg,	2	É um software de avaliação imobiliária necessário às atividades da Coordenação de Faixa de Domínio- COFAD/GEENG, importante às análises de propostas de metodologias mensuração dos custos de desapropriação. O software permite a aplicação de regressão linear para tais avaliações de forma a garantir a eficiente checagem dos pleitos no âmbito da GEENG.

Notas:

- i. Ao longo do contrato, as licenças devem estar com as atualizações.
- ii. Apenas o software Elsym5 poderá ser substituído por similar.

9.1.1. As soluções tecnológicas acima listadas visam equalizar as condições técnicas de análise dos projetos apresentados à GEENG/SUINF/ANTT, com as condições de elaboração dos estudos apresentados pelas concessionárias. Além do que, prover a equipe técnica com as condições de equivalência aos meios utilizados na elaboração dos projetos que lhes são submetidos, permitindo o ganho de tempo, otimização da gestão contratual, melhorias qualitativas e quantitativas com relação aos serviços prestados pela contratada, e por consequência, pela ANTT.

9.2. A ANTT disponibilizará, para o desenvolvimento das atividades, além de mobiliário e infraestrutura fixa de telefonia e computadores.

9.3. Não haverá necessidade de produção de material gráfico.

9.4. Os profissionais integrantes da equipe técnica mobilizada, deverão ter habilidade para o pleno uso das ferramentas constantes do quadro descrito no item 9.1, cabendo, se for o caso, a contratada prover a sua capacitação.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras;

10.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da Instrução Normativa - IN SEGES/MP nº 5/2017.

10.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.7.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.7.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.7.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

10.7.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.8. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, especialmente:

10.8.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

10.8.2. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

10.8.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

10.9. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

10.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

10.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.12. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

10.13. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

10.14. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666/1993.

10.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração;

11.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010;

11.7. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

11.8. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

11.9. As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017:

11.9.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade - RG e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

11.9.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e

11.9.3. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

11.9.4. Declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

11.9.5. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

11.10. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

11.11. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017;

11.12. Substituir, no prazo de 04 (quatro) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

11.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.13.1. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

11.14. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

11.15. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.15.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão

depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

11.16. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

11.17. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

11.18. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

11.19. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

11.19.1. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

11.19.2. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

11.19.3. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

11.20. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

11.21. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

11.22. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

11.22.1. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

11.22.2. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

11.22.2.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

11.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.24. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.26. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

11.27. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123/2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006.

11.27.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

11.28. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

11.29. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.30. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

11.31. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

11.32. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.33. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.34. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.35. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.36. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.

11.37. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.38. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.39. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.40. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.41. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

11.42. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.43. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.44. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

11.44.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos (atividades) desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

11.44.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos (atividades) gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

11.45. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

11.45.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

11.45.2. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

11.45.3. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

11.46. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços

11.47. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.48. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.49. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.50. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

11.51. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

11.52. Providenciar junto ao CREA as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nº 6.496/1977 e nº 12.378/2010);

11.53. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

11.54. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados em desconformidade, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

11.55. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros.

11.56. Cumprir os prazos estipulados no Termo de Referência.

11.57. Responsabilizar-se exclusivamente sobre a seleção, a designação e a manutenção do quadro de profissionais alocados para a execução do contrato.

11.58. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

11.59. Satisfazer todos os requisitos constantes das Especificações Técnicas. As discrepâncias que porventura ocorram devem ser comunicadas à Fiscalização com a devida oportunidade.

11.60. Atender às solicitações emitidas pela fiscalização quanto ao fornecimento de informações e/ou documentação.

11.61. Manter, por si ou seus prepostos, em qualquer circunstância, elevado padrão de conduta, relacionamento e entendimento com a fiscalização da ANTT, as concessionárias e seus contratados e a opinião pública em geral.

11.62. Far-se-á presente em todas as reuniões convocadas pela ANTT, devidamente representada, ao menos, pelo Coordenador Geral da Equipe Técnica.

11.63. Manter atualizados seus dados cadastrais na ANTT.

11.64. A Contratada deverá no desenvolvimento de suas atividades, procurar, sempre que possível adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme dispostas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis disponível no sítio da AGU, e além disso:

11.64.1. Implementar práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente-verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem como utilizar preferencialmente a fonte ecológica recomendada pela Advocacia Geral da União, que se encontra disponível para download no seguinte endereço eletrônico: www.agu.gov.br/ecofont.

11.64.2. Adotar o uso preferencialmente de papel não clorado na impressão de documentos e relatórios;

11.64.3. Adotar prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA nº 257/1999;

11.64.4. Considerar nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação, empresas que tenham certificação ambiental; e estimular a troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais.

11.65. Após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Na presente contratação está autorizada a subcontratação **EXCLUSIVAMENTE** relativo a **CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E/OU PESQUISAS NO ÂMBITO DAS CONCESSÕES RODOVIÁRIAS**, o que equivale à 0,72 % (setenta e dois centésimos por cento) do valor total do objeto, nas seguintes condições:

12.1.1. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

12.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições

do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993.

14.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

14.3. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, e administrativa, de acordo com as seguintes disposições:

I – Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

II – Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade,

qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

III – Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

14.4. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.5. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

14.6. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT:

a) No primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

a.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade - RG e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

- a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e
- a.3. Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

- b) Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF:
 - b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CND;
 - b.2. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
 - b.3. Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
 - b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

- c) Entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:
 - c.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
 - c.2. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;
 - c.3. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
 - c.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

c.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

d) Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

d.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

d.2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

d.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

d.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

14.7. A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea “d” acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

14.8. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

14.9. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 16.7 acima deverão ser apresentados.

14.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil - RFB.

14.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

14.12. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

14.13. A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.14. Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:

14.14.1. Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

- a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;
- b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;
- c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;
- d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria- CCT para cada um dos profissionais alocados;
- e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;
- f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual - EPI.

f.1) Nas vistorias em campo, obrigatoriamente, deverá a Contratada fornecer aos seus empregados os EPI necessários, como por exemplo: coletes refletivos, capacete e botas.

g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

g.1. Relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade - RG e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;

g.3. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

g.4. Declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

14.14.2. Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;

b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito - CND relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS - CRF e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666/1993.

14.14.3. Fiscalização diária:

a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.

b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.

c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

14.15. Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

14.15.1. O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

14.16. A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

14.16.1. Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

14.17. A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

- a) Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
- b) Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;
- c) Cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e
- d) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo,

Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

14.18. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado - IMR, conforme modelo previsto no Anexo III ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.18.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.18.2. Para a delimitação da equipe mobilizada, bem como a sua produtividade, foram levados em consideração a média de produção de serviços semelhantes desempenhados na GEENG, bem como técnicas empregadas pelos órgãos que atuam em serviços semelhantes.

14.18.3. Para a aferição da produtividade - IMR foram estabelecidos tempos padrão para atendimento das demandas diárias, valores que estão dispostos no Anexo III - Instrumento de Medição de Resultado - IMR.

14.18.4. Cabe à Coordenação da Contratada, informar à fiscalização eventos que impeçam ou dificultem o cumprimento dos prazos padrão estabelecidos.

14.19. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.20. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.21. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.22. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.23. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.24. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.25. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.26. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.27. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve sub dimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

14.28. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.29. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

14.30. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos Art^s. 77 e 80 da Lei nº 8.666/1993.

14.31. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.31.1. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

14.31.2. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

14.31.3. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

14.32. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

14.33. A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

14.34. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

14.34.1. A fiscalização transmitirá suas instruções por intermédio de anotações, especialmente quando verificadas imperfeições, falhas ou irregularidades nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

14.34.2. Caso suas instruções não sejam atendidas, a fiscalização deverá notificar o Gestor do Contrato;

14.34.3. Recebendo a notificação da fiscalização, o Gestor do Contrato poderá instaurar processo administrativo para aplicação de penalidades.

14.35. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.36. A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

14.37. Os servidores designados para o cumprimento da fiscalização deverão ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.38. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666/1993.

14.39. Na hipótese de comportamento contínuo da produtividade insatisfatória da prestação do serviço devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.40. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material

inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

14.41. A fiscalização do contrato poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços, todavia a avaliação da produtividade ocorrerá mensalmente com base nas informações constantes no Relatório Mensal, para cada uma das atividades.

15. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO (RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO)

15.1. A aceitação e pagamento de cada parcela mensal, ou por demanda, estão condicionados ao atendimento dos requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, decorrente do atendimento das demandas solicitadas no período, o que será objeto da **avaliação de desempenho.**

15.2. O prazo de entrega dos relatórios mensais contendo as atividades realizadas no mês anterior é de até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à realização dos serviços.

15.2.1. Os relatórios mensais relativos ao último mês de vigência do contrato, deverão ser entregues no seguinte cronograma:

15.2.1.1. No 20º (vigésimo) dia do mês de execução, em formato parcial e

15.2.1.2. No 30º (trigésimo) dia do mês de execução, no formato definitivo.

15.3. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº. 8.666/1993, os relatórios deverão ser entregues ao Fiscal do Contrato, e por ele recebidos, quando considerados adequados, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

15.3.1. A ANTT realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais

encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários

15.3.2. O prazo para a avaliação e o recebimento dos relatórios é de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da entrega dos mesmos.

15.3.2.1. Aos relatórios relativos ao último mês de vigência contratual tratados no item 15.2.1., caberão a análise em até 05 (cinco) dias úteis.

15.3.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

15.3.4. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.3.5. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.3.6. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

15.3.7. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.3.7.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais

documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.3.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.3.9. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.3.10. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.3.11. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.3.12. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.3.13. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

15.3.14. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002).

15.3.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

15.3.16. Os relatórios poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da licitante vencedora, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

15.3.17. Apenas será aceita, para efeitos de pagamento, a versão final de cada relatório mensal, que deve contemplar todas as adequações solicitadas pela ANTT e estar plenamente de acordo com as especificações deste Edital e do Termo de Referência.

15.4. O recebimento definitivo do objeto licitado está vinculado a aprovação de todos os relatórios mensais, no curso da vigência contratual e não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406/2002).

15.5. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da licitante vencedora pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

15.6. Somente com o recebimento (aprovação/aceitação) do relatório mensal e do recebimento dos relatórios decorrentes das demandas eventuais, poderá o fiscal autorizar a emissão Nota Fiscal/Fatura.

15.7. No caso das atividades eventuais solicitadas por demanda, a entrega e aprovação dos relatórios correspondentes, autorizará a emissão da correspondente Nota Fiscal/Fatura.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento do serviço será feito em conformidade com o cronograma físico-financeiro anexo a este Termo de Referência.

16.1.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666/1993.

16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento do serviço a ser comunicada pela fiscalização, conforme este Termo de Referência.

16.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666/1993.

16.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.4.1. O prazo de validade;

16.4.2. A data da emissão;

16.4.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

16.4.4. O período de prestação dos serviços;

16.4.5. O valor a pagar; e

16.4.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.6.1. Não produziu os resultados acordados;

16.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida.

16.6.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017, quando couber.

16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16. A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

16.16.1. Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

16.16.2. A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

16.16.3. Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

16.17. A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

16.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

17. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

17.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP nº 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP nº 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

17.2. A futura Contratada deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

17.2.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

17.3. A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

17.4. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP nº 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

17.4.1. 13º (décimo terceiro) salário;

17.4.2. Férias e um terço constitucional de férias;

17.4.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

17.4.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

17.4.5. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP nº 5/2017.

17.5. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

17.6. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

17.7. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

17.8. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitem acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

17.8.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

17.8.2. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

17.8.3. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

17.9. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP nº 5/2017.

18. DA REPACTUAÇÃO

18.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 9.507/2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017.

18.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

18.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

18.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

18.3.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

18.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

18.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

18.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

18.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

18.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

18.7.1. Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

18.7.2. Do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

18.7.3. Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

18.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

18.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

18.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

18.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

18.12. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

18.13. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado **(insumos não decorrentes da mão de obra em regime exclusivo de dedicação)**, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do IPCA, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 7 de fevereiro de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;
e

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

18.13.1. A adoção do IPCA deu-se em virtude de para os insumos indicados não haver índice setorial específico, bem como ser o IPCA o mais conservador a ser aplicável.

18.13.2. **No presente Termo de Referência, definem-se como insumos não decorrentes da mão de obra em regime de dedicação exclusiva todas as despesas eventuais (deslocamentos, diárias e a Consultoria Especializada), e os softwares dispostos na cláusula 9 deste Termo de Referência.**

18.13.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.13.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.13.5. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.13.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

18.13.7. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

18.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

18.14.1. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

18.14.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

18.14.3. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

18.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

18.16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

18.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

18.18. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

18.19. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao

valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. Os critérios serão estabelecidos no Edital de licitação, em valor **correspondente à 5% (cinco por cento) do valor contratual.**

19.2. A garantia da execução contratual deverá, no mínimo, contemplar o período de análise dos últimos relatórios, conforme item 15.3.2.1, deste Termo de Referência.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 10.520/2002, a Contratada que:

20.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3. Fraudar na execução do contrato;

20.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

20.1.5. Cometer fraude fiscal;

20.1.6. Não mantiver a proposta.

20.2. Pela inexecução total ou parcial dos serviços, a ANTT poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

20.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.1.1. A Advertência será aplicada caso a Contratada atinja, durante a vigência contratual, 01 (uma) vez a nota Insatisfatória, relativa a produtividade aferida no mês.

20.2.2. **Multa de:**

20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no

caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

20.2.2.4. 0,2% (dois décimos por cento) a 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento) por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3. As sanções previstas nos subitens 20.2.1, 20.2.3, 20.2.4 e 20.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% por evento (ocorrência) sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02

5	Autorizar a saída de profissional da equipe alocada, durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
6	Apresentar na avaliação de desempenho nível insatisfatório, em mais de um mês, na vigência contratual.	05
Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
8	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
9	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
10	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
11	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
12	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.5. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666/1993, a Contratada que:

20.5.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão

sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.14. Para efeito da verificação de reincidência, disposta no item (06) considerar-se-á o prazo compreendendo prazo inicial e suas prorrogações.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. **O critério de aceitabilidade de preços será o valor global de até R\$ 16.308.472,20 (dezesseis milhões, trezentos e oito mil, quatrocentos e setenta e dois reais e vinte centavos), conforme orçamento referencial disposto no Anexo II a este Termo de Referência.**

21.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

21.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

21.6. CAPACIDADE TÉCNICO OPERACIONAL

21.6.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

21.6.1.1. A Licitante deverá apresentar certidão comprobatória de inscrição ou registro e regularidade da licitante e dos seus responsáveis técnicos no Conselho Regional

de Engenharia e Agronomia - CREA, da região a que estiver vinculada, que comprove o exercício da atividade relacionada com o objeto da licitação.

21.6.1.1.1. Em caso de consórcio de empresas essa documentação deverá ser apresentada individualmente para cada uma das empresas integrantes.

21.6.1.2. Declaração formal emitida pela licitante de que os profissionais componentes da equipe técnica, bem como os insumos para execução do serviço de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da contratação.

21.6.1.3. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos acima.

21.6.2. Todos os documentos apresentados ficarão anexados ao processo, sendo vedada sua retirada ou substituição.

21.6.3. A não apresentação de qualquer documento solicitado acima ou sua apresentação em desacordo com a forma e quantidades estipuladas, implicará na automática inabilitação da Licitante.

21.6.4. Em caso de consórcio a comprovação da capacidade técnica operacional (atestados) deste poderá ser fornecida, no todo ou em parte, por qualquer uma das consorciadas.

21.6.5. A Licitante deverá apresentar pelo menos (um) atestado (ou declaração) de capacidade técnica expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA da respectiva região, para cada um dos itens, conforme quadro:

Item	Serviços Executados	Número mínimo de atestados
Capacidade técnico operacional	Elaboração de projetos ou estudos de engenharia de infraestrutura rodoviária para implantação e/ou restauração de rodovias totalizando uma extensão mínima de 3.548km (três mil, quinhentos e quarenta e oito quilômetros).	01
	Gestão ambiental e/ou elaboração de estudos ambientais para o licenciamento de obras de infraestrutura rodoviária totalizando uma extensão mínima de 1.520 km (um mil, quinhentos e vinte quilômetros).	01
	Gestão territorial e/ou estudos para desapropriação e cadastro de ativos imobiliários vinculados a infraestrutura de transportes totalizando uma extensão mínima de 1.013 km (um mil e treze quilômetros).	01

(1) Nesta Licitação não há vedação ao somatório de quantitativos

(2) As extensões definidas referem-se, respectivamente, a percentuais aproximados de 35%, 15% e 10% da extensão total atualmente⁶ concedida pela ANTT, a qual totaliza 10.134,20Km⁷

21.6.6. A Licitante deverá relacionar os serviços compatíveis com o objeto da licitação executados pela empresa e anexar comprovação destes por intermédio de atestado e/ou certidão emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da mesma, devidamente registrados no CREA.

⁶ Referência: outubro/2019

⁷ Relação e extensão de rodovias federais concedidas encontra-se disponível para consulta no site <http://www.antt.gov.br/rodovias/Concessoes_Rodoviaras/Index.html>. Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

21.6.7. Deverá a Proponente apresentar somente o número de atestados exigidos para a comprovação da capacidade operacional e indicar com marca texto os itens que comprovarão as exigências

21.6.8. Caso a participação se dê em regime de consórcio e empresas, deverá haver o acréscimo de 30% dos critérios estabelecidos na cláusula 21.6.5.

21.6.9. Serão desclassificadas as licitantes que não apresentarem documentos comprobatórios de atendimentos dos critérios mínimos indicados.

21.7. CAPACIDADE TÉCNICO PROFISSIONAL

21.7.1. A comprovação de vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, da ficha de registro de empregado, de declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame, ou do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio.

21.7.2. O Coordenador Geral habilitado deverá ser obrigatoriamente o profissional que se responsabilizará pela execução dos serviços objeto da contratação. Havendo a impossibilidade para tal, deverá ser apresentada justificativa à CONTRATANTE e, por conseguinte, que poderá aceitar ou não novo profissional mediante a apresentação de atestado técnico compatível com o objeto a ser desenvolvido.

21.7.3. Deverão constar, obrigatoriamente, do atestado de capacidade técnica, em destaque, os seguintes dados: nome do profissional; data de início e término dos serviços; local de execução; nome do contratante e da CONTRATADA; descrição dos serviços e os quantitativos executados, quando couber.

21.7.4. O Coordenador Geral só poderá representar uma única empresa, sob pena de inabilitação das Licitantes.

21.7.5. A avaliação do profissional deverá atender a seguinte especificação:

CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO COORDENADOR GERAL		
CATEGORIA PROFISSIONAL	NÍVEL	NÚMERO DE ATESTADOS A SEREM COMPROVADOS
<p>Coordenador Geral – Engenheiro Civil com experiência profissional mínima comprovada de 10 (dez) anos nos seguintes quesitos:</p> <p>1) Planejamento e gestão de empreendimentos na área de infraestrutura rodoviária, envolvendo coordenação de equipes de Gerenciamento, Projetos ou Supervisão;</p> <p>2) Coordenação técnica de equipes de engenharia e/ou gerenciamento/coordenação de elaboração/análises de projetos e orçamentos de obras e serviços de infraestrutura rodoviária.</p>	P0	01 (um)

(1) Serão inabilitadas as propostas que não atingirem a qualificação requerida para o Coordenador Geral.

21.7.6. A comprovação da experiência requerida para fins de qualificação se dará por meio de atestados, os quais deverão constar o nome do profissional, o período do trabalho efetuado e o tipo de serviço prestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado e devidamente registrados nos Conselhos Regionais de Classes Profissionais correspondentes, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico - CAT.

21.7.6.1. Para a contagem do tempo de experiência haverá o desconto das sobreposições.

21.7.7. Para cada um dos serviços executados e relacionados, a título de experiência do Coordenador Geral, deverá ser anexado atestado e/ou certidão comprovando a execução dos mesmos.

21.7.8. Ditos atestados e/ou certidões, INDEPENDENTE DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL, deverão ser apresentados indicando que o profissional esteja listado entre os nomes apresentados e emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado

Processo nº 50500.332517/2019-11

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA CONSULTIVA PARA O APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE COMPETÊNCIA LEGAL DA GERÊNCIA DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE DE RODOVIAS DA SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE RODOVIAS – SUINF DA ANTT

e devidamente certificados pelo Conselho Regional competente, quando pertinente, neles constando os contratos, nomes do contratado, do contratante, período e discriminação dos serviços.

21.7.9. De acordo com os serviços relacionados e comprovados, será avaliado o nível de experiência do Coordenador Geral para execução dos serviços.

21.7.10. Apresentar somente o número de atestados exigidos para a comprovação da capacidade técnica do Coordenador Geral e indicar com marca texto os itens que comprovarão as exigências.

21.7.11. Os profissionais relacionado as atividades contratadas deverão comprovar sua formação, o tempo de formação exigido e a experiência mínima requerida para função.

21.7.12. Na qualificação dos profissionais relacionados as atividades contratadas deverão ser apresentados profissionais distintos para cada função solicitada, ou seja, não será permitindo o acúmulo de funções.

21.7.13. Quando os atestados apresentados forem decorrentes de subcontratação, obrigatoriamente deverão trazer em anexo o atestado do contratante principal.

21.7.14. Somente será aceito atestado de capacidade técnica em nome do Coordenador Geral, devidamente registrados nas entidades profissionais da região onde os serviços foram executados, acompanhados da respectiva CAT.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

22.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

22.1.1. Os preços unitários que deram origem ao valor do **orçamento referencial** foram obtidos pelas seguintes fontes que constam em anexo ao presente Termo de Referência:

22.1.1.1. Tabela de Preços de Consultoria do DNIT, Mês/Ano de Referência Fevereiro **2020**.

22.1.1.2. Valores estabelecidos na convenção coletiva, quando houver.

22.1.1.2.1. Para efeito da formação do orçamento referencial, foram utilizadas as CCT's informadas nas planilhas orçamentárias.

22.1.1.3. Resultado da pesquisa de mercado para profissionais não abrangidos por pisos salariais.

22.1.2. Para passagens aéreas, locação de veículos e combustível para o deslocamento dos técnicos, foram utilizadas cotações em sites especializados, em pesquisas de preço realizadas em fevereiro de 2020.

22.1.3. Para diárias foi utilizado o Anexo I Decreto nº 6.907, de 21 de julho de /2009.

22.2. Os valores apresentados neste Termo de Referência são apenas indicativos e servem para a formação do preço de referência, devendo a licitante elaborar a sua proposta de forma a refletir a realidade, obedecendo os pisos mínimos de cada categoria profissional, na região, bem como assumir integralmente todos os riscos decorrentes das variações do preço de referência ora indicado, seja em seus componentes, seja no valor global, ressaltando-se os reajustes e previsões legais.

22.2.1. Os serviços objeto desta licitação, são serviços vinculados à engenharia consultiva o que importa na mobilização de profissionais com diferentes níveis de experiência, adequados, portanto, aos diversos níveis de complexidade dos serviços a serem realizados.

22.2.2. Considerando a necessidade de uma equipe multidisciplinar, com níveis diversos de experiência, a Contratada para a definição das faixas salariais de todos os profissionais abrangidos por este Termo de Referência, deverá obedecer aos percentuais de diferenças entre os níveis de experiência contemplados nos postos conforme a seguir:

22.2.2.1. Profissionais da Engenharia e profissional técnico – deverão ser obedecidos os percentuais conforme metodologia disposta na Tabela de Consultoria do DNIT

22.2.2.2. Profissionais cujos valores foram obtidos por meio de pesquisa de mercado, deverão ter seus salários propostos a partir dos valores estabelecidos como referenciais

22.2.3. Para efeito da proposta deverá ser observado o que dispõe na Convenção Coletiva que abranja a atividade preponderante da futura contratada, bem como pelo fato de que as atividades serão desenvolvidas em Brasília/DF.

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

24.1. A dotação orçamentária da contratação será indicada no Edital.

25. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

25.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante Termo Aditivo, com base no inciso II, art. 57 da Lei nº 8.666/1993, limitado a 60 (sessenta) meses.

25.1.1. Os serviços relativos à Consultoria Especializada serão demandados por Ordens de Serviço individualizadas, e medidos conforme apresentação de relatórios parciais e final conforme definido pela fiscalização.

25.1.2. As demandas por deslocamento e diárias serão demandados por Ordens de Serviço Individualizadas e medidos mediante aprovação do relatório de viagem que poderá consistir em relatório de vistoria de campo e/ou memórias de reunião.

25.2. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- i. Anexo I – Estudos Preliminares;
- ii. Anexo II – Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços e Cronograma Físico Financeiro;
- iii. Anexo III – Instrumento De Medição De Resultado (IMR);
- iv. Anexo IV – Modelo de Currículo sugerido;
- v. Anexo V – Listagem das categorias profissionais que integrarão a equipe técnica;

ASSINATURAS DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO	
NOME: FERNANDO DE FREITAS BEZERRA	MATRÍCULA/SIAPE: 1020498
GERENTE DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE DE RODOVIAS	
<div style="text-align: center;"><hr/>FERNANDO DE FREITAS BEZERRA Brasília, ____ de ____ de 2020.</div>	
ASSINATURAS DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO	
NOME: VALDEYLSO ALVES DA SILVA	MATRÍCULA/SIAPE: 1664551
COORDENADOR DE FAIXA DE DOMÍNIO	
<div style="text-align: center;"><hr/>VALDEYLSO ALVES DA SILVA Brasília, ____ de ____ de 2020</div>	
ASSINATURAS DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO	
NOME: ARILENA COVALESKY DIAS	MATRÍCULA/SIAPE: 1667113
COORDENADORA DE ESTUDOS E PROJETOS	
<div style="text-align: center;"><hr/>ARILENA COVALESKY DIAS</div>	

Brasília, _____ de _____ de 2020

ASSINATURAS DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

NOME: **MAURO RODRIGUES
SANJAD**

MATRÍCULA/SIAPE: 1518550

COORDENADOR DE ASSUNTOS AMBIENTAIS

MAURO RODRIGUES SANJAD

Brasília, _____ de _____ de 2020_.

**APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PELA AUTORIDADE
COMPETENTE**

NOME: **MARCELO ALCIDES DOS SANTOS**

MATRÍCULA/SIAPE: 1677937

Considerando as justificativas apresentadas pelo setor demandante no documento por meio do qual solicita a abertura de processo licitatório em questão e no Termo de Referência, e tendo em vista que este contempla os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração com a contratação e os elementos técnicos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o objeto a ser contratado e orientar a execução e fiscalização contratual, assim como os demais elementos obrigatórios pertinentes exigidos no art. 9º, §2º, do Decreto nº 5.450/2005, APROVO o referido documento.

MARCELO ALCIDES DOS SANTOS

(Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária)

Brasília, ____ de _____ de ____.

ANEXO I – ESTUDO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

ANEXO II - PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

QUADRO RESUMO				
DESPESAS FIXAS				
DESCRIÇÃO	QTD POSTOS	VALOR MENSAL DE CADA POSTO	VALOR MENSAL TOTAL	VALOR ANUAL TOTAL
		(R\$)	(R\$)	(R\$)
	[A]	[B]	[C] = [A] X [B]	[D] = [C] X 12
Engenheiro Civil - Coordenador Geral(CBO 2142-05)	1,00	R\$ 54.619,25	R\$ 54.619,25	R\$ 655.431,00
Engenheiro Civil - Senior - Estudo e Projeto (CBO 2142-05)	9,00	R\$ 43.380,66	R\$ 390.425,94	R\$ 4.685.111,28
Engenheiro Civil - Pleno - Estudo e Projeto (CBO 2142-05)	12,00	R\$ 34.289,63	R\$ 411.475,56	R\$ 4.937.706,72
Engenheiro Civil ou Eletricista - Pleno - Estudo e Projeto (CBO 2142-05 ou 2143-05)	1,00	R\$ 34.289,63	R\$ 34.289,63	R\$ 411.475,56
Engenheiro Civil - J unior - Estudo e Projeto (CBO 2142-05)	3,00	R\$ 28.429,18	R\$ 85.287,54	R\$ 1.023.450,48
Engenheiro Civil ou Florestal ou Ambiental - Senior - Meio Ambiente (2142-05 ou 2221-20 ou 2140-05)	1,00	R\$ 43.380,66	R\$ 43.380,66	R\$ 520.567,92
Engenheiro Civil ou Florestal ou Ambiental - Pleno - Meio Ambiente (2142-05 ou 2221-20 ou 2140-05)	2,00	R\$ 34.289,63	R\$ 68.579,26	R\$ 822.951,12
Biologo - Pleno - Meio Ambiente (CBO 2211-05)	1,00	R\$ 19.625,66	R\$ 19.625,66	R\$ 235.507,92
Engenheiro Civil ou Agrimensor- Senior - Faixa de Domínio (CBO 2142-05 ou 2148-05)	1,00	R\$ 43.380,66	R\$ 43.380,66	R\$ 520.567,92
Engenheiro Civil ou Agrimensor- Pleno - Faixa de Domínio (CBO 2142-05 ou 2148-05)	1,00	R\$ 34.289,63	R\$ 34.289,63	R\$ 411.475,56
Profissional Nível Superior - Pleno - Faixa de domínio (CBO 2410-05)	1,00	R\$ 26.738,67	R\$ 26.738,67	R\$ 320.864,04
Engenheiro Civil ou Agrimensor- J unior - Faixa de Domínio (CBO 2142-05 ou 2148-05)	1,00	R\$ 28.429,18	R\$ 28.429,18	R\$ 341.150,16
Profissional Nível Superior - Senior(CBO 2410-05)	1,00	R\$ 35.572,26	R\$ 35.572,26	R\$ 426.867,12
Profissional Nível Superior - Pleno(CBO 4101)	1,00	R\$ 21.861,58	R\$ 21.861,58	R\$ 262.338,96
Profissional Nível Superior - J unior(CBO 4110-10)	1,00	R\$ 14.991,76	R\$ 14.991,76	R\$ 179.901,12
Profissional Nível Superior -Auxiliar(CBO 4110-10)	1,00	R\$ 12.360,41	R\$ 12.360,41	R\$ 148.324,92
Profissional Técnico - Pleno (CBO 4110-05)	2,00	R\$ 7.334,41	R\$ 14.668,82	R\$ 176.025,84
VALOR TOTAL DAS DESPESAS FIXAS			R\$ 1.339.976,47	R\$ 16.079.717,64
DESPESAS EVENTUAIS				
DESCRIÇÃO	QTD. (ANUAL)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
CONSULTORIA ESPECIALIZADA	4	R\$ 40.449,32	R\$ 13.483,11	R\$ 161.797,28
DESLOCAMENTO AÉREO	36	R\$ 919,68	R\$ 2.759,04	R\$ 33.108,48
DESLOCAMENTO TERRESTRE	25	R\$ 447,04	R\$ 931,33	R\$ 11.176,00
DIÁRIAS	72	R\$ 314,90	R\$ 1.889,40	R\$ 22.672,80
SUBTOTAL DAS DESPESAS EVENTUAIS (R\$)			R\$ 19.062,88	R\$ 228.754,56
VALOR REGULAR DOS SERVIÇOS +DESPESAS EVENTUAIS (R\$)			R\$ 1.359.039,35	R\$ 16.308.472,20
VALOR GLOBAL PARA 12 MESES (R\$)				R\$ 16.308.472,20

ANEXO III

Processo nº 50500.332517/2019-11
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA CONSULTIVA PARA O APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE COMPETÊNCIA LEGAL DA GERÊNCIA DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE DE RODOVIAS DA SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE RODOVIAS – SUINF DA ANTT

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR).

1. DA DEFINIÇÃO

1.1. Este documento apresenta os critérios de medição de resultado, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

1.2. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente a execução do objeto por meio do Instrumento de Medição de Resultado - IMR, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos e nas avaliações apresentadas pelos setores da área demandante, sempre que a contratada:

1.2.1. Não produzir os resultados com os níveis de conformidade exigidos neste instrumento;

1.2.2. Não apresentar de maneira satisfatória e com alta qualidade os indicadores apresentados

1.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

1.4. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

1.5. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto, da contratada, relatório sintético de avaliação da qualidade do serviço.

1.5.1. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada;

1.5.2. Sempre que desejar, a contratada poderá solicitar os relatórios pormenorizados com o detalhamento das informações consideradas.

1.6. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

1.7. Na hipótese de comportamento reiterado de desconformidade na prestação do serviço em relação à qualidade exigida, pondo em risco a execução, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

1.8. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços de que tratam os itens 1.2 e 1.5 deste instrumento;

1.9. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária ou semanal quando o último relatório apresentado demonstrar elevados índices de desconformidades em relação aos indicadores.

1.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos neste anexo, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

2. DOS INDICADORES, DAS METAS E DOS MECANISMOS DE CÁLCULO

2.1. Conforme disposto no Termo de Referência, haverá ao longo da execução contratual, a avaliação relativa ao desempenho (produtividade da contratada).

2.2. Para tal aferição foram considerados como critério de eficiência, o atendimento às demandas diárias com pontualidade e técnica adequada.

2.3. Conforme consta no Estudo Técnico Preliminar, o levantamento das necessidades levou em consideração os dados históricos de serviços prestados no âmbito da GEENG, bem como as técnicas empregadas pelos órgãos que atuam em serviços semelhantes aos desempenhados na mesma área.

2.4. Desse modo, a Contratada deverá observar, para o cumprimento das demandas diárias, desenvolvidas em caráter rotineiro, os prazos dispostos conforme o quadro a seguir:

SÍNTESE DAS ATIVIDADES DE APOIO A ESTUDOS, ANTEPROJETOS E PROJETOS DE ENGENHARIA

Descrição	Tipo	Categoria	Prazo para o atendimento	
Relatório Técnico de Assessoramento a Análise de Estudos –RAEj	Com orçamento	Baixa	24 (vinte e quatro) horas	3 (três) dias úteis
Relatório Técnico de Assessoramento a Análise de Estudos –RAEj	Com orçamento	Média	32 (trinta e duas) horas	4 (quatro) dias úteis
Relatório Técnico de Assessoramento a Análise de Estudos –RAEj	Com orçamento	Alta	40 (quarenta) horas	5 (cinco) dias úteis
Relatório Técnico de Assessoramento a Análise de Anteprojeto – RAAP	Sem orçamento	Baixa	24 (vinte e quatro) horas	3 (três) dias úteis
Relatório Técnico de Assessoramento a Análise de Anteprojeto – RAAP	Sem orçamento	Média	40 (quarenta) horas	5 (cinco) dias úteis

Descrição	Tipo	Categoria	Prazo para o atendimento	
Relatório Técnico de Assessoramento a Análise de Anteprojetos – RAAp	Sem orçamento	Alta	56 horas	7 (sete) dias úteis
Relatório Técnico de Assessoramento a Análise de Anteprojetos – RAAp	Com orçamento	Baixa	80 (oitenta) horas	10 (dez) dias úteis
Relatório Técnico de Assessoramento a Análise de Anteprojetos – RAAp	Com orçamento	Média	96 (noventa e seis) horas	12 (doze) dias úteis
Relatório Técnico de Assessoramento a Análise de Anteprojetos – RAAp	Com orçamento	Alta	120 (120) horas	15 (quinze) dias úteis
Relatório Técnico de Assessoramento a Análise de Projetos – RAPj	Sem orçamento	Baixa	32 (trinta e duas) horas	4 (quatro) dias úteis
Relatório Técnico de Assessoramento a Análise de Projetos – RAPj	Sem orçamento	Média	56 (cinquenta e seis) horas	7 (sete) dias úteis
Relatório Técnico de Assessoramento a Análise de Projetos – RAPj	Sem orçamento	Alta	80 (oitenta) horas	10 (dez) dias úteis
Relatório Técnico de Assessoramento a Análise de Projetos – RAPj	Com orçamento	Baixa	80 (oitenta) horas	10 (dez) dias úteis
Relatório Técnico de Assessoramento a Análise de Projetos – RAPj	Com orçamento	Média	136 (cento e trinta e seis) horas	17 (dezessete) dias úteis
Relatório Técnico de Assessoramento a Análise de Projetos – RAPj	Com orçamento	Alta	200 (duzentos) horas	25 (vinte e cinco) dias úteis

SÍNTESE DAS ATIVIDADES DE APOIO A ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DO LICENCIAMENTO DAS OBRAS E DA GESTÃO AMBIENTAL DAS CONCESSÕES

Atividade	Categoria	Prazo para o atendimento	
Relatório Técnico RAMA ¹ Técnico de análises de acompanhamento e monitoramento dos processos de licenciamento e demais autorizações ambientais – RMAI	-	16 (dezesesseis) horas	2 (dois) dias úteis
Relatório Técnico RAMA de análises de estudos e documentos técnicos relativos aos aspectos socioambientais das concessões, incluindo análises de reequilíbrio econômico -financeiro dos contratos – RMSa	Baixa	16 (dezesesseis) horas	2 (dois) dias úteis
	Média	32 (trinta e duas) horas	4 (quatro) dias úteis
	Alta	48 (quarenta e oito) horas	6 (seis) dias úteis
Relatório Técnico RAMA de apoio na elaboração de estudos - RMEe	-	48 (quarenta e oito) horas	6 (seis) dias úteis
Relatório Técnico RAMA de análises de Relatórios de Acompanhamento Ambiental - RMRa	-	48 (quarenta e oito) horas	6 (seis) dias úteis
Relatório Técnico RAMA de análises de Plano de Ação de Emergência(PAE)/Plano de Gestão de Riscos(PGR) - RMPg	-	48 (quarenta e oito) horas	6 (seis) dias úteis
Relatório Técnico RAMA referente à análise de complementação de Relatórios de Acompanhamento ambiental (RAA) e Plano de	-	16 (dezesesseis) horas	2 (dois) dias úteis

Atividade	Categoria	Prazo para o atendimento	
Ação de Emergência(PAE)/Plano de Gestão de Riscos(PGR) - RMCr			
Relatório Técnico RAMA de análises de Relatórios de Programas Sociais e Educacionais – RMPe	-	16 (dezesesseis) horas	2 (dois) dias úteis
Relatório Técnico RAMA de análises de Relatórios semestrais de Plano de Ação de Emergência(PAE)/Plano de Gestão de Riscos(PGR) – RMRs	-	16 (dezesesseis) horas	2 (dois) dias úteis
Relatório Técnico RAMA referente à análise de complementação de Relatórios de Programa Sociais e Educacionais (RSE) e relatório semestral de Plano de Ação de Emergência(PAE)/Plano de Gestão de Riscos(PGR) – RMCe	-	8 (oito) horas	1 (um) dia útil
Relatório Técnico RAMA de relatórios de vistorias técnicas-ambientais – RMVt	-	16 (dezesesseis) horas	2 (dois) dias úteis
Relatório Técnico RAMA de análise e consolidação de indicadores ambientais das concessões rodoviárias - RMCi	-	24 (vinte e quatro) horas	3 (três) dias úteis
Relatório Técnico RAMA de elaboração ou revisão de normativos técnicos, manuais, entre outros – RMRn	-	24 (vinte e quatro) horas	3 (três) dias úteis
Demandas de Assessoramento às atividades da Coordenação de Assuntos Ambientais ² , incluindo Gestão Ambiental/Licenciamento Ambiental das concessões rodoviárias - RMDa	Baixa	4 (quatro) horas	0,5 (cinco décimos) dia útil
	Média	8 (oito) horas	1 (um) dia útil

Atividade	Categoria	Prazo para o atendimento	
	Alta	16 (dezesesseis) horas	2 (dois) dias úteis

¹. RAMA – Relatório de Apoio ao Monitoramento Ambiental.

². Ou de equipe que detenha as atribuições relacionadas aos aspectos socioambientais das concessões federais rodoviárias.

**SÍNTESE DAS ATIVIDADES DE APOIO A ANÁLISE
DE PROCESSOS DE DESAPROPRIAÇÃO E OUTRAS ATIVIDADES
ATRELADAS AS FAIXAS DE DOMÍNIO.**

Atividade	Prazo para o atendimento	
Relatório Técnico de Declaração de Utilidade Pública – RFDu	24 (vinte e quatro) horas	3 (três) dias úteis
Relatório Técnico de Análise de Laudos – RFLa	24 (vinte e quatro) horas	3 (três) dias úteis
Relatório Técnico de Análise de Relatório Genérico de Valores – RFRg	120 horas	15 dias úteis
Relatório Técnico de Análise de Contestações Judiciais - RFCj	24 (vinte e quatro) horas	3 (três) dias úteis
Demandas de Assessoramento de Portarias Autorizativas - RFPa	16 (dezesesseis) horas	2 (dois) dias úteis

Atividade	Prazo para o atendimento	
Demandas de Assessoramento de Termos de Anuências - RFTa	16 (dezesesseis) horas	2 (dois) dias úteis

3. Demandas eventuais e atípicas, tais como as dispostas nos itens: 2.8.1, 8.2.1.3 e 8.2.3.3, 8.2.5.3 do Termo de Referência, serão acordadas individualmente, com prazo e escopo definidos entre a Fiscalização e a Contratada.

4. Os indicadores a serem aplicados serão os seguintes:

Indicador	
Nº 01 – Execução dos relatórios técnicos	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a prestação dos serviços de forma satisfatória, no prazo e na qualidade requerida de modo a alcançar o objetivo da contratação.
Meta a cumprir	Cumprimento dos serviços integrantes das atividades conforme prazos definidos pela contratante (critérios de complexidade), dentro dos limites da capacidade produtiva alocada, e conforme a qualidade e coerência técnica esperada, condizente com os normativos vigentes e com a boa engenharia, observando as condições contratuais.
Instrumento de Medição	Planilha de controle entre demandado e concluído.
Forma de acompanhamento	Verificação mensal por parte da fiscalização do cumprimento dos prazos estabelecidos de execução (critérios de complexidade) e da qualidade técnica, conforme relatórios técnicos apresentados

	(concluídos) e tecnicamente aceitos pela fiscalização.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Ao final de cada mês será verificado, separadamente, o percentual de execução dentro do prazo das ações demandadas no mês (relatórios técnicos), até o limite produtivo da equipe alocada, e o percentual aceite tecnicamente pelo respectivo fiscal.
Início da Vigência	Data do início da execução dos serviços
Faixa de ajuste no Pagamento	<p>Nível de Conformidade de Prazo (NCP) entre</p> <p>95,01% e 97,50% - 0,25% de desconto</p> <p>92,51% e 95,00% - 0,5% de desconto</p> <p>90,01% e 92,50% - 1,0% de desconto</p> <p>87,51% e 90,00% - 1,5% de desconto</p> <p>85,01% e 87,50% - 2,0% de desconto</p> <p>Abaixo de 85,00% - 2,5% de desconto</p> <p>Nível de Conformidade Técnica (NCT) entre</p> <p>95,01% e 97,50% - 0,25% de desconto</p> <p>92,51% e 95,00% - 0,5% de desconto</p> <p>90,01% e 92,50% - 1,0% de desconto</p> <p>87,51% e 90,00% - 1,5% de desconto</p> <p>85,01% e 87,50% - 2,0% de desconto</p> <p>Abaixo de 85,00% - 2,5% de desconto</p> <p>O desconto total a ser aplicado sobre o pagamento mensal será composto pela somatória entre os descontos resultantes de NCP e NCT.</p>
Sanções	Caso ocorra desempenho Insatisfatório em mais de uma ocasião na vigência do contrato, será avaliada a possibilidade de adequação contratual à

Processo nº 50500.332517/2019-11

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA CONSULTIVA PARA O APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE COMPETÊNCIA LEGAL DA GERÊNCIA DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE DE RODOVIAS DA SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE RODOVIAS – SUINF DA ANTT

	produtividade efetivamente realizada, respeitando os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/1993; ou a possibilidade de instauração de processo de apuração nos termos do item 18 deste Termo de Referência.
--	---

6.1. Assim, em cada um dos relatórios mensais entregues deverá ser informado, de forma analítica o percentual da execução das ações demandadas para a equipe mobilizada, com a comparação entre o prazo previsto (critérios de complexidade) e realizado, bem como em relação a conformidade técnica.

6.2. Os fiscais ficarão encarregados da avaliação mensal da qualidade do serviço.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

Responsável pela avaliação:

Período Avaliativo:

Indicador: Execução dos Relatórios Técnicos

Atividades desenvolvidas no período

Relato dos fatos que ensejaram o descumprimento da conformidade técnica e dos prazos estabelecidos

Nível de Conformidade de Prazo (NCP)	Fórmula a ser aplicada	Cálculo	Resultado
	$\frac{\text{Quantidade DCP}}{\text{Quantidade DMV}} \times 100$		

DCP = Demandas concluídas dentro do prazo previsto, no mês vigente, mesmo que iniciadas nos meses anteriores.

DMV = Demandas totais passíveis de conclusão no mês vigente, mesmo que iniciadas nos meses anteriores.

Nível de Conformidade Técnica (NCT)	Fórmula a ser aplicada	Cálculo	Resultado
	$(1 - (\frac{\text{Quantidade DNC}}{\text{Quantidade MDM}})) \times 100$		

DNC = Demandas tecnicamente desconformes, avaliadas no mês vigente.

MDM = Média das demandas concluídas mensalmente até o mês da avaliação.

Responsável pela avaliação
(assinatura e carimbo)

3. Faixas de ajuste de pagamento

- 3.1.. Os Níveis de Conformidade devem ser averiguados para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.
- 3.2. A aplicação concomitante dos Níveis de Conformidade resultará em um unificado Percentual de Desconto sobre o Valor Total da Fatura.
- 3.3. Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pelo Nível de Conformidade de Prazo (NCP) e de Técnica (NCT) do serviço conforme apresentado abaixo:

Níveis de Conformidade de Prazo	Percentuais de Desconto sobre o Valor Total da Fatura
95,01% e 97,50%	0,25%
92,51% e 95,00%	0,5%
90,01% e 92,50%	1%
87,51% e 90,00%	1,5%
85,01% e 87,50%	2%
Abaixo de 85,00%	2,5%

Níveis de Conformidade Técnica	Percentuais de Desconto sobre o Valor Total da Fatura
95,01% e 97,50%	0,25%
92,51% e 95,00%	0,5%
90,01% e 92,50%	1%
87,51% e 90,00%	1,5%
85,01% e 87,50%	2%
Abaixo de 85,00%	2,5%

**RELATÓRIO SINTÉTICO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO
PRESTADO – (mês/ano)**

Prezados Senhores,

- Considerando as informações apresentadas, encaminho relatório sintético para ciência.
- Caso algum dos Níveis de Conformidade encontre-se abaixo dos 97,50% a glosa ocorrerá no mês subsequente ao mês de referência deste relatório.
- As dúvidas e questionamentos poderão ser encaminhados no endereço eletrônico:

_____.

NÍVEIS DE CONFORMIDADE - Execução dos relatórios técnicos	TOTAL
Nível de Conformidade de Prazo (NCP)	
Nível de Conformidade Técnica (NCT)	

Níveis de Conformidade de Prazo (NCP)	Percentuais de Desconto sobre o Valor Total da Fatura
95,01% e 97,50%	0,25%
92,51% e 95,00%	0,5%
90,01% e 92,50%	1%
87,51% e 90,00%	1,5%
85,01% e 87,50%	2%
Abaixo de 85,00%	2,5%

Níveis de Conformidade Técnica (NCT)	Percentuais de Desconto sobre o Valor Total da Fatura
95,01% e 97,50%	0,25%
92,51% e 95,00%	0,5%
90,01% e 92,50%	1%
87,51% e 90,00%	1,5%
85,01% e 87,50%	2%
Abaixo de 85,00%	2,5%

PERCENTUAL TOTAL DE DESCONTO A SER APLICADO

Desconto por NCP:	
Desconto por NCT:	
Desconto Total: (NCP+NCT)	

Fiscal do contrato
(Assinatura e carimbo)

ANEXO V

LISTAGEM DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS QUE INTEGRARÃO A EQUIPE TÉCNICA

Profissional	CBO
Engenheiro civil	2142-05
Engenheiro Eletricista	2143-05
Engenheiro Florestal	2221-20
Engenheiro Ambiental	2140-05
Geólogo	2134
Biólogo	2211-05
Advogado (Bacharel)	2410-05
Supervisor Administrativo	4101
Engenheiro Agrimensor	2148-05
Assistente Administrativo	4110-10
Auxiliar Administrativo	4110-05



ESTUDO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

1- INTRODUÇÃO

O presente documento tem por objetivo apresentar de forma descritiva o contexto, a motivação, os critérios considerados e os aspectos gerais relacionados com a contratação da PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA CONSULTIVA PARA O APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE COMPETÊNCIA LEGAL DA GERÊNCIA DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE DE RODOVIAS - GEENG DA SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE RODOVIAS- SUINF DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, a fim de fornecer informações necessárias e fundamentais para subsidiar o respectivo processo.

2 – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 24, §1º, I, da IN 05/2017)

A contratação em tela decorre, essencialmente, da necessidade de fornecimento de apoio técnico para desempenhar atividades em caráter acessório, complementar e subsidiária, dotando a Gerência de Engenharia e Meio Ambiente de Rodovias - GEENG com informações técnicas especializadas, com fins ao cumprimento das suas atribuições regimentais, termos da Resolução ANTT nº 5.810/2019 e da Portaria ANTT nº 351/2018.

De forma a conferir ampla transparência às questões envolvidas na contratação ora proposta, preliminarmente, é conveniente relatar que quando da elaboração do Plano Anual de Contratações para o exercício de 2019, ciente de que, há imposição de um novo direcionamento para a prestação de serviços em questão, a GEENG, por meio da Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF propôs uma cifra no montante de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), orçamento que considerou adequado ao que se pretendia contratar, considerando tanto o cenário atual, quanto as novas concessões que viessem a se efetivar.

Neste diapasão, é oportuno mencionar que dentre as propostas de contratações para serviços de engenharia consultiva vinculado à SUINF, tanto a contratação de supervisoras, quanto a gerenciadora, consideraram-se contratações para os momentos atual e futuro, com valores independentes.

Diante de um cenário no qual a restrição de disponibilidade orçamentária atinge toda a Administração Federal, passou-se a considerar a definição de um modelo contratual, que abarcasse as necessidades atuais, de modo que, eventuais alterações do cenário pudessem ser avaliadas e absorvidas conforme condições estabelecidas pelos ditames legais, ou mesmo pelas melhorias operacionais que buscam ser implementadas ao longo da vigência contratual, podendo citar: estabelecimento do processo de contratação competitiva de projetos, certificação de projetos, atuação responsiva, redução do fardo regulatório, dentre outras melhorias que atualmente estão em estudo.

Posteriormente, quando da homologação do PAC 2019/2020, para o item em questão proveniente da GEENG, foi atribuído o valor de R\$ 11.646.754,52 (onze milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), obtido mediante mera aplicação do reajuste ao contrato em vigência, cujo orçamento, como se demonstrará, remonta de 2014 e que, portanto, não atende às necessidades requeridas, sequer, de momento.

Com a realidade que se impôs, buscou-se planejar a prestação de serviços em condições avaliadas como viáveis para as circunstâncias, tendo sido elaborados diversos documentos, que encontram-se autuados no presente processo, nos quais foi solicitado o aporte de recursos, visando o atendimento à proposta a inicial de R\$ 19.092.836,11 (dezenove milhões, noventa e dois mil, oitocentos e trinta e seis reais e onze centavos) conforme o documento Minuta de Relatório à Diretoria SEI nº 5/2019 (SEI nº 1244739), de 11 de setembro de 2019. Tal documento registra a avaliação considerada, desde o valor tido como ideal, considerando a evolução planejada para o Programa de Concessão de Rodovias Federais (PROCROFE), até o valor alcançado no primeiro orçamento de referência detalhado para a contratação, no qual se considerou o objeto que atende às necessidades atuais conforme as condições de contorno estabelecidas pela disponibilidade orçamentária.

Todavia, uma vez submetido o Termo de Referência a avaliação da Procuradoria Regional Federal, esta, por meio da Nota nº 296/2019/PF-ANTT/PGF/AGU, recomendou a sua adaptação para o modelo de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, apresentando as considerações que foram contempladas na elaboração da nova versão dos instrumentos. Conforme relatado, houve a alteração do modo de execução contratual, fato que implicou incorporação de valores estritamente relacionados ao modelo recomendado pela Procuradoria, razão pela qual, houve alteração do valor de referência, cuja memória de cálculo encontra-se nos documentos: Nota Técnica SEI nº 3699/2019/GEENG/SUINF/DIR (SEI nº 1799101) e Planilha de Custos e Formação de Preços (SEI nº 1847707).

Feita esta breve contextualização, no que concerne especificamente a necessidade da contratação, frisa-se que a mesma é premente, tendo em vista que o Contrato Administrativo nº 75/2014 decorrente do Pregão Eletrônico nº 59/2014 (Processo nº 50500.200843/2014-55), que ora fornece os serviços de apoio técnico, terá o termo do seu período de 60 meses alcançado em 31 de dezembro de 2019, tendo sido prorrogado mediante a excepcionalidade autorizada pela Lei nº 8.666/1993, sendo necessária a sua urgente substituição. Nesse sentido, os esforços empreendidos pela GEENG na busca de uma nova contratação justifica-se no fato de que o desprovisionamento de uma equipe de suporte, impactará na descontinuidade do atendimento às demandas internas e externas (das Concessionárias e Usuários da Rodovia) no formato, nas obrigações e nos prazos necessários, podendo gerar a interrupção das atividades de fiscalização e gestão da SUINF, onde destaca-se os processos relacionados a projetos e orçamentos de engenharia, desapropriação e meio ambiente.

A eventual interrupção implicaria grave comprometimento do fluxo de trabalho da GEENG, que traria dentre outros prejuízos, descumprimentos de prazos contratuais de análise e manifestação da ANTT, o adiamento de autorizações de execuções de obras previstas nos Contratos de Concessão, a morosidade nos procedimentos relativo a desapropriações de áreas afetas as obras e no licenciamento ambiental. Certo que se trata de concessões de serviço público, haverá evidente prejuízo aos Usuários das Rodovias Federais Concedidas, dado que se ofereceria um serviço aquém do previsto nos Programas de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - PERs, e que também poderiam impactar negativamente a evolução das atividades dos diversos dos Contratos de Concessão.

Nesta esteira, cumpre explicitar as atribuições e a estrutura organizacional da SUINF e salientar alguns resultados auferidos pela GEENG quando do cumprimento de suas incumbências.

O Regimento Interno da ANTT estabelece no art. 47, o seguinte: *No desempenho de suas atividades a Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária contará com a Gerência de Gestão Econômico-Financeira de Rodovias, a Gerência de Fiscalização e Investimentos de Rodovias, a Gerência de Engenharia e Meio Ambiente de Rodovias e a Gerência de Regulação e Outorgas de Rodovias.*

No que concerne à GEENG, as suas atribuições são distribuídas entre as 3 (três) coordenações que a compõem, sendo elas: Coordenação de Projetos e Estudos de Rodovias - CPROJ; Coordenação de Assuntos Ambientais de Rodovias - COAMB e Coordenação de Faixa de Domínio de Rodovias - COFAD, cujas competências estão dispostas na Portaria ANTT nº 351/2018.

A GEENG, especificamente, no encargo de apoio técnico às decisões da SUINF, analisando, avaliando e validando soluções técnicas e orçamentos, atua na regulação das manutenções, alterações e melhorias realizadas nas rodovias, impactando tanto na fluidez do trânsito e na segurança, conforto e bem-estar dos Usuários, quanto no reflexo financeiro dessas obras na tarifa de pedágio cobrada dos Usuários. Sendo assim, para mensurar a dimensão econômica de parte deste trabalho, por intermédio do Sistema de Gestão das Análises dos Projetos de Rodovias - SIGEPRO e do Painel ANTT, verifica-se um percentual de redução na ordem de 54,40% (cinquenta e quatro inteiros e quarenta centésimos por cento) em relação ao que foi inicialmente proposto pelas Concessionárias, o que, somente no ano de 2018, representou um montante de mais de 1,1 bilhões de reais. Valor este seria incorporado a tarifa de pedágio, onerando os Usuários, caso as análises não fossem realizadas.

Não obstante, a relevância dos resultados, alcançados, verificam-se oportunidades de aprimoramento e melhoria na execução das atividades, com a evolução do modelo que vem sendo adotado desde 2014.

O Contrato Administrativo nº 075/2014, que trata do apoio técnico atual, é executado mediante elaboração de produtos, cujos quantitativos foram baseados na expectativa anual de demanda e na estimativa de produção horária para as principais atividades de análise de projetos realizada para aquela contratação, ou seja, de 2014, conforme quadro a seguir:

Tabela 1 - Prazos considerados no planejamento do Contrato nº 075/2014.

Prazos de referência conforme Contrato nº 075/2014	
Descrição	Horas totais do produto
Baixa complexidade sem orçamento	5
Média complexidade sem orçamento	9
Alta complexidade sem orçamento	18
Baixa complexidade com orçamento	9
Média complexidade com orçamento	18
Alta complexidade com orçamento	27

Porém, no decorrer da execução das atividades no âmbito deste contrato, constatou-se que os prazos ora estipulados/estimados não correspondem à realidade da análise de projetos e soluções de engenharia demandados à Gerência de Projetos de Rodovias - GEPRO, atual Gerência de Engenharia e Meio Ambiente de Rodovias - GEENG. O acompanhamento da execução anual das análises, apresentada na tabela a seguir, evidencia esta divergência, a qual se agravou com o decorrer do tempo e com o aprimoramento das exigências técnicas, assim como da complexidade dos projetos:

Tabela 2 - Dados de acompanhamento da execução do Contrato nº 075/2014.

Dados de acompanhamento da execução do Contrato nº 075/2014				
Contrato nº 075/2014	2016	2017	2018	1º Sem/2019
Número de analistas	15	16	16	16
Análises realizadas	1814	1131	913	482
Prazo médio de análise	17h	30h	37h	41h

O aumento da complexidade e o consequente prolongamento dos prazos de análise podem ser atribuídos a fatores tais como:

1. Demanda por maior rigor técnico e profundidade nas análises, principalmente por parte dos órgãos de controle e atores externos;
2. Atualização do Sistema de Custos Referenciais de Obras do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (SICRO/DNIT), que incorporou variáveis e avaliações que, até então, não estavam presentes nos sistemas anteriores, aprimorando a definição orçamentária de obras;
3. Publicação das Portaria SUINF nº 028/2019, que definiu o escopo, prazo e trâmite de projetos e processos;
4. Evoluções tecnológicas e aprimoramentos procedimentais, como, por exemplo, o aprofundamento das análises mecânicas empíricas para dimensionamento e avaliação estrutural de pavimentos, avaliação dos aspectos de segurança viária (ABNT NBR nº 15.486:2016 e nº 14.885:2016); avaliação dos custos com lançamento de peças e locação de guindastes, entre outras questões técnicas.

Todos esses fatores corroboraram para a evolução da acurácia nas análises, contudo, também favoreceram o agravamento das desconformidades da contratação em vigência em relação às necessidades da Agência.

Nesse sentido, podemos citar, como exemplo, a análise do Projeto da Nova Subida da Serra dos Araras, apresentado pela Concessionária NovaDutra, onde foi necessário um esforço conjunto entre a equipe de análise e os projetistas da Concessionária, para que o entendimento fosse alcançado, fato inclusive relatado pela própria Concessionária em seu Requerimento PR-000010/2019-Gastos com projeto executivo (SEI nº 0072242).

Some-se, que ambas as produtividades médias se referem às exigências de análise de estudos e projetos mínimas, suficientes apenas para que se atendam aos requisitos básicos de qualidade e atendimento dos normativos da Agência.

Posto isto, resta claro que modelo desenvolvido no Contrato nº 075/2014, com o decorrer de sua vigência, tornou-se obsoleto frente às necessidades da GEENG, assim, avaliar um novo modelo se mostrou imperioso, impondo uma modificação de conceitos no que concerne a forma de gestão das ações de apoio que suportam as competências atribuídas à GEENG/SUINF.

As tabelas 1 e 2, apostas neste Estudo, evidenciam que há necessidade de tempo maior para análise, com natural aumento do número e da qualificação dos profissionais para não comprometer a produtividade e para aprimorar o processo de avaliação técnica dos projetos propostos pelas Concessionárias.

Com isso, favorecer-se-á ao emprego mais eficiente dos recursos, atendendo de forma eficaz o trinômio custo / qualidade/ prazo. O ganho qualitativo decorrente, favorece o desenvolvimento da *expertise*, a boa prática da engenharia e evita retrabalhos gerados por lapsos materiais ou mesmo técnicos oriundos da necessidade de se vencer os prazos estabelecidos sem considerar o correto dimensionamento da equipe para tanto. Mesmo na atual configuração, é possível verificar, confrontando os dados de prazo para análise com os de tempo de análise que, não raro, ocorrem extrapolações indesejadas que podem ser evitadas com número adequado de técnicos especializados.

O atendimento do tempo de análise é fundamental, principalmente para as análises de projetos estabelecidos no PER, pois, caso não seja atendido os prazos contratuais ou regulamentares, poderão ocorrer aprovações tácitas de projetos devido o esgotamento do prazo avençado sem manifestação técnica, conforme estabelecem alguns Contratos de Concessão, como os da 3ª Etapa - Fases I e III, e até mesmo o Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019.

Desse modo, em busca de um modelo que contemplasse as “reais e atuais” necessidades da GEENG, identificou-se que a melhor forma de se obter os resultados com o nível de qualidade e acurácia que se pretende, é a delimitação de uma equipe de profissionais especialistas em todas as disciplinas que envolvem as atividades de desenvolvimento de estudos, projetos, obras e serviços de engenharia rodoviária, com experiências profissionais complementares, compreendendo-se que tais projetos estão adstritos à Contratos de Concessão, que envolvem também as questões ambientais,

questões afetas às faixas de domínio e desapropriação. Desta forma foi idealizada uma equipe interdisciplinar, de modo a que a sintonia e harmonia entre as diversas atividades técnicas promova um melhor resultado das ações desenvolvidas na Gerência.

Trata-se de um modelo bem sucedido há muito empregado pelos demais órgãos integrantes das estrutura do Ministério da infraestrutura (MINFRA), permitindo agilidade e acurácia à medida que o profissional se aprofunda em determinada disciplina de projeto de seu domínio, sendo inclusive bem avaliado pelos órgãos de controle, dado que permite um registro detalhado dos pormenores técnicos e procura exaurir os aspectos de economicidade, evitando-se, por exemplo, soluções de engenharia menos vantajosas e mais onerosas para Administração, bem como imprecisões que impliquem em sobrepreços ou superfaturamentos, dentre outros benefícios que podem ser auferidos nas avaliações de técnicas de engenharia.

Para a delimitação do modelo, foi promovida uma vasta reflexão sobre a evolução tecnológica incidente nos projetos vem sendo apresentados, quando se concluiu que o aumento da complexidade técnica das soluções propostas se mostra evidente, impulsionando a demanda por novos conhecimentos, ferramentas, técnicas e modelos de trabalho. Por certo, o atingimento de um bom padrão de qualidade, implica não somente num incremento quantitativo, mas também e tão importante quanto, o incremento qualitativo, de forma a que a equipe tenha aptidão para promover debates que ao fim somente acrescentarão a qualidade dos resultados pretendidos, além de possibilitar alcançar a condição de “Não Objeção” a solução técnica pretendida pela Concessionária e proposta pela Agência de forma mais segura, eficaz e eficiente para administração.

Assim, para determinação da composição da equipe a ser mobilizada, inicialmente, foi levantado o histórico de demandas diárias da GEENG, nos últimos anos (2016/2018), quando foi alcançado o volume médio de 1.284 (um mil, duzentos e oitenta e quatro) análises por ano. Esse número, embora significativo, deve ser visto com alguma reserva, visto que, em decorrência de auditorias promovidas pelo TCU, houve a incorporação de procedimentos/métodos mais detalhados, de modo a atender às determinações daquele órgão, demandando maior tempo de dedicação às análises. Por certo, se o padrão de atendimento estivesse compatível com a evolução tecnológica dos projetos, sendo disponibilizado à equipe alocada recursos tecnológicos mais vastos em conformidade com a complexidade técnica das soluções que vem sendo propostas, poderia ser verificado um desempenho ainda mais expressivo.

Mesmo com todos os esforços envidados ao longo dos últimos anos, como exposto, mostra-se imperiosa necessidade de incorporação das melhorias e aprimoramentos em relação ao apoio técnico para as análises de engenharia, sendo está a expectativa com o que se propõe na contratação ora planejada.

Por certo, o ponto crítico que envolve as competências da GEENG são os projetos de engenharia. Para cada um deles há uma avaliação por métodos, estudos e projetos em diversas disciplinas, como por exemplo: a) estudos: topográfico, geológico, geotécnico, hidrológico, interferências e tráfego,; e b) projetos: drenagem, geométrico, pavimentação, obras civis, obras de arte especiais, obras complementares, paisagismo, sinalização, obras de arte correntes, contenções, desapropriação, terraplenagem, iluminação, sistema ITS (*Intelligent Transportation Systems*), túneis e obras geotécnicas.

Como visto, há uma ampla gama de disciplinas, porém a questão capital é a orçamentação, visto que é o que define o “preço de venda” da obra ou serviço a ser considerado pela Agência, cujo valor será indicado pela Concessionária na solicitação de revisão da tarifa de pedágio praticada e impactará diretamente os Usuários das Rodovias.

Portanto, a equipe de orçamentação de obras, obrigatoriamente deve ter conhecimento profundo sobre esta disciplina, com o domínio das normas e manuais que a regem o tema, bem como amplo conhecimento das jurisprudências firmadas sobre tema no âmbito do Tribunal de Contas da União - TCU. Pois, um equívoco nesta avaliação pode impor prejuízo à sociedade com consequências bastante relevantes a evolução da Concessão. Logo, justifica-se a formulação do grupo de profissionais alocados na equipe, para tal disciplina.

Neste sentido, é oportuno evidenciar que há projetos propostos que podem alcançar valores bilionários e demandar a análise de mais de 2.000 (duas mil) composições de custos unitários, além de itens complexos tais como histogramas, estrutura analítica da administração local, entre outros elementos técnicos. Nestes casos, é inclusive necessária a utilização de 3 (três) ou mais orçamentistas para realizar as apreciações dos custos nas diversas disciplinas expostas na planilha orçamentária correspondente. Tal procedimento também é extremamente recomendável em diversos projetos, que podem alcançar valores na ordem de centena de milhões de reais.

Tanto nos casos supramencionados, como nos demais, dispõe-se ainda do importante trabalho dos engenheiros de menor experiência (júnior e auxiliar), necessários à realização de tarefas exaustivas de conferência, tais como checagem de coeficientes técnicos das composições de custos unitários, de preços unitários, verificação das peças do volume de orçamento à luz dos normativos da ANTT, da listagem de cotações de serviços, dentre outras tarefas, sempre sob a supervisão de um profissional mais experiente (sênior). Estes esforços permitem que os demais profissionais atenham-se às questões mais complexas da análise tais como: os critérios do SICRO atual atinentes aos Benefícios e Despesas Diretas - BDI, ao canteiro de obras, distâncias médias de transportes, verificação de composições de custos unitários não usuais ou adaptadas de outras bases válidas (alheias aos sistemas SICRO ou SINAPI), ajustes de encargos adicionais, complementares o sociais conforme a realidade do empreendimento, cálculo de binômios de aquisição e transporte de materiais betuminosos, entre outras avaliações técnicas necessárias.

Adicionalmente, a composição da equipe como um todo, considerou profissionais com níveis de experiência em cada disciplina a fim de fazer frente aos diversos níveis de complexidade dos projetos. Configuração similar a utilizada pelas empresas de Engenharia Consultiva que elaboram projetos de engenharia para as Concessionárias, as quais alocam profissionais com capacitação, competências e experiências diversas, tanto em termos acadêmicos e científicos, como em termos de vivência prática, o que possibilita a busca de alternativas técnicas pautadas em avaliações aprofundadas, fruto de ampla reflexão, condição necessária à produção intelectual típica dos projetos de engenharia.

Ainda, quanto a este ponto, importa ressaltar que são realizadas frequentemente reuniões para discussão técnica acerca das análises projetos envolvendo as Concessionárias, com vistas à ampla defesa e o contraditório em relação às soluções propostas. Tais ocasiões, envolvem, da parte das outorgadas, a presença de profissionais diversos, de alto gabarito técnico, ou, até mesmos de suas equipes de consultores afetos às disciplinas específicas de projeto, enquanto, em contraposição, na configuração atual do apoio técnico, não raro, a Agência conta com número reduzido de analistas a apoiá-la neste debate. De modo que a equipe técnica tal como proposta, quantitativa e qualitativamente, mitiga esta desproporcionalidade, agregando qualidade e segurança as discussões técnicas, configurando uma condição mais adequada a identificação das melhores alternativas técnicas consideradas.

Na definição da estrutura organizacional do Contrato como um todo, considerou-se de grande relevância, face ao tamanho e a multidisciplinariedade da equipe, que é imperioso haver a figura de um Coordenador Geral, o qual deve exercer a função gerencial do Contrato, demonstrando experiência suficientemente em relação ao objeto contratual, com destaque para a sua comprovada experiência em projetos, demanda de maior relevância observada para o contrato pretendido.

Quanto aos tempos mínimos de experiência de cada um dos profissionais alocados na equipe mobilizada, uma vez a base orçamentária é a tabela de engenharia consultiva do DNIT, as especificações adotadas são as definidas por àquela metodologia, que por sua vez corrobora a praxe da gestão de pessoas classificação usual para profissionais sênior, pleno, júnior e auxiliar, associada aos requisitos de funções gerenciais, de supervisão e coordenação.

A estrutura, sistemática e perfil dos profissionais concebidos para equipe que ocupará os postos de trabalhos necessários à execução das atividades, visa conferir eficiência da prestação do serviço de apoio técnico a fim de mitigar reiteradas iterações com as concessionárias até que se alcance as condições para aceitação (“não objeção”) as propostas técnicas apresentadas pelas Concessionárias.

Para tanto, a possibilidade de debate técnico promovido pela complementariedade de competências entre os profissionais, de diversos níveis de experiência, reduz a probabilidade de um número elevado de iterações entre os técnicos responsáveis pelo projeto pela Concessionária e os técnicos

que analisam estas proposições com vistas a subsidiar as decisões da Agência.

Desta forma, a concepção de estrutura análoga a utilizada pelas empresas de engenharia consultiva que elaboram os projetos para as Concessionárias confere isonomia de condições para sua análise, tornando o processo de avaliação das proposições técnicas mais eficiente e objetivo, possibilitando discussões técnicas que convirjam de forma mais célere ao consenso e a condição de possibilitar a aceitação pela Agência, configurando melhor condição de subsídio técnico a gestão dos Contratos de Concessão, mitigando os impactos negativos de longas e inclusivas discussões técnicas.

Nesse contexto, a participação de profissionais com larga experiência, que vivenciaram diversas situações técnicas complexas e controversas (sênior), somada a profissionais com habilidades em técnicas modernas e inovações tecnológicas recentes e sólida formação técnica e acadêmica (pleno) e a profissionais ávidos por adquirir experiência com grande motivação para absorver novos conhecimentos e para agregar inovação nas atividades (júnior), configura um arranjo propício ao bom desenvolvimento de atividades técnicas, em especial nos aspectos vinculados a engenharia.

Além disso, as equipes por disciplinas foram desenhadas de forma a que sempre haja no grupo, no mínimo, um profissional sênior, portanto mais experiente, que, quando necessário poderá apoiar o pleno e/ou o júnior, reiterando-se que essa interação é fundamental para o melhor desempenho das equipes.

O arranjo também buscou além da otimização das equipes, buscar, no padrão de excelência que se almeja, favorecer a economicidade, assim, para as equipes dos temas Meio Ambiente e Desapropriação, por contam com apenas 4 (quatro) técnicos em cada uma, o que foi possível sob a ótica da multiplicidade de conhecimentos, devendo os profissionais recorrer, diretamente ao apoio do Coordenador Setorial pertinente quanto se fizer necessário o debate técnico e a complementariedade das experiências, de modo que não se fez necessário alocar outro profissional Sênior nestas áreas.

Quanto à equipe alocada na atividade 4, tem-se que em especial o profissional com formação na área jurídica é de grande importância, uma que, de maneira sistemática, a GEENG é acionada para manifestações perante Órgãos de Fiscalização e Controles, pelo Judiciário, por autoridades policiais, dentre outros pleitos e solicitações, que demandam o domínio dos aspectos jurídicos afetos à área de infraestrutura de transporte, em especial suas nomenclaturas, jurisprudências e legislação. Tais situações evidenciaram a necessidade da alocação de um profissional com esta formação na equipe de apoio. Adicionalmente, constatou-se que há necessidade de profissional qualificado com conhecimento em temas vinculados ao direito administrativo, especialmente em relação a elaboração de instrumental para contratações e gestão contratual, bem como a gestão de instrumentos de transferências de recursos tais como convênios, termos de execução descentralizada e instrumentos correlatos, de forma a apoiar os servidores da GEENG no desenvolvimento destas atividades.

Tendo em vista o grande fluxo de documentos e processos que tramitam pela GEENG, também foi reconhecida a necessidade de uma equipe administrativa, com diferentes níveis de capacitação, de forma a conferir uma melhor organização das demandas entradas e saídas, registros, elaboração de documentação necessária, acompanhamento e gestão do SIGEPRO, dentre outras atribuições, cujas descrições foram pormenorizadas de forma criteriosa no Termo de Referência.

Assim, a equipe de planejamento desta contratação, concluiu que, a equipe como um todo, terá capacidade de atender as demandas atuais. Nesse aspecto, o enquadramento do prazo contratual (art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993), é extremamente importante, visto que a vantajosidade para eventuais prorrogações, deverá ser objeto de avaliação criteriosa quando de sua ocorrência.

A este respeito, importa ainda salientar que, conforme demonstrado anteriormente, a demanda atual aliada à evolução dos normativos da Agência referentes às análises de estudos e projetos, com ênfase na Portaria SUINF nº 028/2019, bem como à necessidade de maior tempo de apreciação e prazo, permitem o aproveitamento total da equipe dimensionada.

Ressalta-se que a proposta buscou meios de redução do orçamento e qualificação da equipe, considerando que, os custos com a infraestrutura, tais como elementos para montagem e manutenção de escritório, serão fornecidos pela ANTT. E observa-se que também foram consideradas as melhores práticas para a sustentação ambiental, visto que, na contratação proposta, não se considerou a existência de elaboração de documentação física, sendo que todos os trâmites se darão pelo Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

Para o atingimento dos padrões de excelência considerados para as análises, com confrontação com o Índice de Medição de Resultado - IMR que se pretende aplicar, é imperioso que a contratada provenha a sua equipe com mecanismos tecnológicos de ponta para que atinja os níveis de produtividade e qualidade esperados, possibilitando assim, igualdade de condições entre aquele que apresenta/propõe o projeto e aquele que o analisa e avalia.

Para a delimitação do objeto, foi promovido levantamento a miúdo das ações propostas, e o cruzamento com as demais contratações existentes ou em fase de planejamento e licitação, no âmbito da SUINF, constatando-se que não há sobreposição ou conflito entre os objetos.

O objeto foi delimitado em lote único uma vez que os trabalhos desenvolvidos são interdependentes. Além disso, a equipe de planejamento concluiu que devem ser consideradas despesas eventuais a serem suportadas pelo contrato, como por exemplo a Consultoria Especializada que decorre de necessidades percebidas no curso do desenvolvimento dos trabalhos técnicos diários que extrapolam os níveis de *expertise* atribuídos para a equipe mobilizada. Também foram considerados para a definição do objeto da contratação que devem ser suportadas despesas que viabilizarão a verificação no campo, dos locais dos projetos submetidos para avaliação. Desse modo, foram considerados investimentos para cobertura de despesas com deslocamento (terrestre e aéreo) e diárias.

Há ainda que se considerar a interdisciplinaridade entre as coordenações para consecução das atividades desenvolvidas pela Gerência, devido ao caráter multifacetado dos estudos, projetos e assuntos demandantes desta, acarretando na necessidade de uma equipe integrada, imbricada e intercambiável. Dada que à assincronia das atividades inerentes a cada Coordenação, inviabiliza o efetivo cumprimento das competências da GEENG, sendo de grande valia a sua harmonização e a facilidade de translação da força de trabalho entre as demandas. Por outra perspectiva, a contratação em lote único centraliza, sincroniza, aprimora e otimiza as estruturas administrativas e gerenciais da equipe, convertendo-se em eficiência administrativa, operacional e econômica da contratação.

Logo, resta demonstrado que o parcelamento do objeto implicaria em severo prejuízo técnico, administrativo e gerencial do objeto e conclui-se, por todo o exposto, que restam demonstradas o contexto em que ocorrem, a necessidade, a motivação, os aspectos gerais e critérios considerados na construção do Estudo Preliminar, subsidiário a contratação pretendida.

3 – REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA ANTT (art. 24, §1º, II, da IN 05/2017)

A contratação refere-se ao item 29 do Plano Anual de Contratações.

Anteriormente à fase em que se modulou o Planejamento da Contratação, foi elaborado o Documento de Formalização da Demanda, que indicou características da execução contratual que posteriormente foram modificadas, visto que, a equipe de planejamento concluiu que modo ora proposto está melhor adequado, eficiente e econômico, tanto aos serviços realizados, quanto à nova sistemática, com definição detalhada de escopo, definição da estrutura profissional, bem como os critérios para aferição da produtividade.

A presente proposta considerou que se trata de serviço comum de engenharia, visto que há amplo conhecimento do mercado.

Para o norteamento da contratação foi elaborado o Termo de Referência, onde constam as especificações, o regime de execução, critérios de aceitabilidade, medições, critérios de produtividade, dentre outras informações necessárias para a formulação da proposta.

Conforme recomendação constante da Nota nº 296/2019/PF-ANTT/PGF/AGU, foi definido que os serviços objeto desta contratação devem ser executados continuamente, com alocação de mão de obra em regime de exclusividade.

Também foram realizados outros instrumentos tais como o mapeamento de riscos, planilha orçamentária, cronograma, além de modelos de formulários necessários para a padronização das ações de controle da contratação.

A contratação proposta está balizada nas reais necessidades, tendo em vista que a descontinuidade das atividades, como dita, de competência regimental da GEENG, trará grave impacto às concessões em vigência, quanto àquelas que se pretende estruturar.

O modelo de contratação ora proposto, foi idealizado considerando a qualificação da execução contratual, otimização da equipe alocada, melhor forma de fiscalização e gestão, utilização criteriosa dos recursos públicos e evolução tecnológica.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 24, §1º, III, da IN 05/2017)

A contratação é fundamental para a consecução das atividades regimentais da GEENG e é decorrente da demanda por serviços indiretos e específicos, subsidiários à atividade fim de regulação, considerando-se ainda da insuficiência de recursos humanos para atender a todas as demandas provenientes das concessões ora contratadas, considerando que eventuais variações poderão ser alcançadas pelos limites legais autorizados para eventual aditivo.

Como já mencionado, no período que vigorou o contrato 75/2014 (5 anos), houve, até 2000 análises anuais, nas temáticas de competência da GEENG. Ressalta-se também o fato de que no mesmo período, as competências da GEENG, antiga GEPRO, foram incrementadas, incluindo-se na sua área de competência a parte de Meio Ambiente.

A contratação foi estruturada considerando os seguintes pilares: eficiência da gestão, eficiência da fiscalização, otimização da equipe, qualificação da equipe, absorção de conhecimento por parte dos servidores da ANTT, otimização de recursos públicos, equalização das condições tecnológicas das análises realizadas na ANTT em correlação com os projetos propostos pelas Concessionárias.

Desse modo, considerando que são diversas temáticas que se inter-relacionam, foi delimitada uma equipe fixa, que deverá desenvolver as suas atividades em regime de exclusividade e continuidade, na sede da ANTT, sabendo-se que as atividades desenvolvidas por esses profissionais serão materializadas por meio dos conteúdos e documentos apresentados nos relatórios mensais, com formato delimitado, que permitirá a avaliação da produtividade mês a mês.

No Termo de Referência, de forma a permitir vistorias *in loco* dos profissionais alocados na equipe, garantindo-lhes a maior eficiência dos trabalhos técnicos desempenhados, há no formato de acionamento por demanda, de recursos que garantam o deslocamento e a cobertura de valores para diárias dos profissionais. Além das atividades rotineiras, há a previsão de que se possa usufruir de consultoria especializada a ser acionada por demanda. Este item permitirá a realização de ações específicas que incrementarão o arcabouço de conhecimento da ANTT.

Está claro no Termo de Referência que a equipe mobilizada deverá ser alocada para o desenvolvimento das atividades na sede da ANTT, em Brasília. Essa decisão considerou o melhor gerenciamento das atividades, além do que, nas informações que são manipuladas, há a necessidade de salvaguardas de sigilo.

A contratação está fundamentada no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/1993, que trata da contratação de serviços continuados.

5.1 – ESTIMATIVA DE QUANTIDADES (art. 24, §1º, IV, da IN 05/2017)

ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1 - DESPESAS CONTÍNUAS - FORÇA DE TRABALHO	1.1	PROFISSIONAIS CATEGORIA P0 (COORDENADORES)	POSTOS DE TRABALHO	1
1 - DESPESAS CONTÍNUAS - FORÇA DE TRABALHO	1.2.1	PROFISSIONAIS CATEGORIA P1 (SUPERIOR SENIORES) - ENGENHEIROS	POSTOS DE TRABALHO	11
1 - DESPESAS CONTÍNUAS - FORÇA DE TRABALHO	1.2.2	PROFISSIONAIS CATEGORIA P1 (SUPERIOR SENIORES) - BACHAREL EM DIREITO	POSTOS DE TRABALHO	1
1 - DESPESAS CONTÍNUAS - FORÇA DE TRABALHO	1.3.1	PROFISSIONAIS CATEGORIA P2 (SUPERIOR PLENOS) - ENGENHEIROS	POSTOS DE TRABALHO	16
1 - DESPESAS CONTÍNUAS - FORÇA DE TRABALHO	1.3.2	PROFISSIONAIS CATEGORIA P2 (SUPERIOR PLENOS) - BIÓLOGO	POSTOS DE TRABALHO	1
1 - DESPESAS CONTÍNUAS - FORÇA DE TRABALHO	1.3.3	PROFISSIONAIS CATEGORIA P2 (SUPERIOR PLENOS) - BACHAREL EM DIREITO	POSTOS DE TRABALHO	1
1 - DESPESAS CONTÍNUAS - FORÇA DE TRABALHO	1.3.4	PROFISSIONAIS CATEGORIA P2 (SUPERIOR PLENOS) - SUPERVISOR ADMINISTRATIVO	POSTOS DE TRABALHO	1
1 - DESPESAS CONTÍNUAS - FORÇA DE TRABALHO	1.4.1	PROFISSIONAIS CATEGORIA P3 (SUPERIOR JUNIORES) - ENGENHEIROS	POSTOS DE TRABALHO	4
1 - DESPESAS CONTÍNUAS - FORÇA DE TRABALHO	1.4.2	PROFISSIONAIS CATEGORIA P3 (SUPERIOR JUNIORES) - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	POSTOS DE TRABALHO	1
1 - DESPESAS CONTÍNUAS - FORÇA DE TRABALHO	1.5	PROFISSIONAIS CATEGORIA P4 (SUPERIOR AUXILIAR)	POSTOS DE TRABALHO	1
1 - DESPESAS CONTÍNUAS - FORÇA DE TRABALHO	1.6	PROFISSIONAIS CATEGORIA T2 (TÉCNICO PLENO)	POSTOS DE TRABALHO	2
2 - DESPESAS EVENTUAIS	2.1	CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E/OU PESQUISAS NO ÂMBITO DAS CONCESSÕES RODOVIÁRIAS. (Por Demanda)	UD1	4
2 - DESPESAS EVENTUAIS	2.2	FORNECIMENTO DE DESLOCAMENTO TERRESTRE PARA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO TÉCNICO – (Por Demanda)	UD2	25
2 - DESPESAS EVENTUAIS	2.3	FORNECIMENTO DE DESLOCAMENTO AÉREO PARA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO TÉCNICO – (Por Demanda)	UD3	36
2 - DESPESAS EVENTUAIS	2.4	DIÁRIAS (Por Demanda)	UD4	72

5.2 – MEMÓRIA DE CÁLCULO (art. 24, §1º, IV, da IN 05/2017)

Os custos da contratação foram elaborados com base nas seguintes fontes:

- Tabela de Consultoria do DNIT, mês referência fevereiro/2020
- valores estabelecidos em convenção coletiva, quando houver
- pesquisa de mercado para profissionais não contemplados por pisos salariais objetos de instrumentos coletivos

A memória de cálculo está disponibilizada como anexo ao Termo de Referência SEI nº 3061815.

A diretriz observada para elaboração do orçamento, deu-se em atendimento ao disposto no [Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013](#), que estabelece regras e critérios para elaboração de orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos do Orçamento Geral da União, como é o caso.

Soma-se a tal norma legal em vigência, o Memorando Circular nº 687/2018/DIREX/DNIT SEDE (SEI nº 1799364), disposto no site do DNIT, e anexado ao presente processo, bem como a resposta encaminhada à consulta formulada pela SUINF, direcionada ao DNIT, cuja resposta é objeto do Ofício nº 107909/2019/ASSESSORIA/DPP/DNIT/SEDE (SEI nº 1823014).

Com relação aos insumos relativos aos softwares listados, buscou-se, inicialmente, localizar preços por meio do Pannel de Preços do Ministério da Economia, todavia, além de não ter localizada a aquisição pública da maioria dos *softwares* naquele portal, os que foram localizados, em alguns casos, traziam acoplados serviços de atualização, manutenção e suportes específicos. Desse modo, considerando que a aquisição se dará por empresa privada (futura contratada), buscou-se a informação por meio de levantamento nos sites dos fornecedores, e quando fornecedores nacionais, por meio de solicitação de proposta.

Para a orçamentação das despesas eventuais, especialmente a que trata sobre o deslocamento para execução das atividades de apoio técnico, foi considerado que tal necessidade tem caráter eventual, por demanda, e em caso de execução tratar-se-á de locação por período curto (inferior a uma semana), face a especificidade do serviço, os valores dispostos na Tabela de Consultoria do DNIT não foram considerados, visto que àquela fonte indica a locação mensal. Definido que o componente do produto, no caso o deslocamento terrestre deveria, em caso de necessidade da prestação dos serviços, ocorrer em locadoras de veículos.

Com a definição relativa às compras de passagens e locação de veículos (por diárias) passou-se à pesquisa junto ao Pannel de Preços do Ministério da Economia relativa a compras de passagens aéreas e locação de veículo com quilometragem livre, quando se detectou que tal serviços não se encontram registros de compra junto àquela portal. Com tal situação, a pesquisa de preços foi realizada, no que concerne à passagens aéreas, nos sites de pesquisas de passagens (www.decolar.com), e no que concerne aos preços para locação de veículos, em site de pesquisa em fornecedores de serviços de locação de veículos nas localidades necessárias (www.rentalcars.com) em conformidade com o que dispõe a IN nº 05/2014. Considerando a necessidade de provisionamento de combustível, para a média deste insumo foi considerado o total de Km ora concedidos, considerando valores atribuídos para as localidades, pela ANP. Para efeito de proposta, os valores de pedágio devem ser considerados inclusos nos valores totais relativos aos automóveis (locação e combustível).

No que concerne à cidade de Goiânia, não foi considerado deslocamento aéreo, restando somente o terrestre.

6 – LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR (art. 24, §1º, V, da IN 05/2017)

Os critérios técnicos de seleção do fornecedor são de amplo conhecimento, grande número de fornecedores e não restringe a competitividade no certame.

7 – ESTIMATIVA DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS (art. 24, §1º, VI, da IN 05/2017)

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA	FONTE
1 - DESPESAS CONTÍNUAS - FORÇA DE TRABALHO	1.1. PROFISSIONAIS CATEGORIA P0 (COORDENADORES)	POSTOS DE TRABALHO	1	R\$ 54.619,25	R\$ 655.431,00	
1 - DESPESAS CONTÍNUAS - FORÇA DE TRABALHO	1.2.1. PROFISSIONAIS CATEGORIA P1 (SUPERIOR SENIORES) - ENGENHEIROS	POSTOS DE TRABALHO	11	R\$ 43.380,66	R\$ 5.726.247,12	
1 - DESPESAS CONTÍNUAS - FORÇA DE TRABALHO	1.2.2. PROFISSIONAIS CATEGORIA P1 (SUPERIOR SENIORES) - BACHAREL EM DIREITO	POSTOS DE TRABALHO	1	R\$ 35.572,26	R\$ 426.867,12	
1 - DESPESAS CONTÍNUAS - FORÇA DE TRABALHO	1.3.1. PROFISSIONAIS CATEGORIA P2 (SUPERIOR PLENOS) - ENGENHEIROS	POSTOS DE TRABALHO	16	R\$ 34.289,63	R\$ 6.583.608,96	
1 - DESPESAS CONTÍNUAS - FORÇA DE TRABALHO	1.3.2. PROFISSIONAIS CATEGORIA P2 (SUPERIOR PLENOS) - BIÓLOGO	POSTOS DE TRABALHO	1	R\$ 19.625,66	R\$ 235.507,92	
1 - DESPESAS CONTÍNUAS - FORÇA DE TRABALHO	1.3.3. PROFISSIONAIS CATEGORIA P2 (SUPERIOR PLENOS) - BACHAREL EM DIREITO	POSTOS DE TRABALHO	1	R\$ 26.738,67	R\$ 320.864,04	
1 - DESPESAS CONTÍNUAS - FORÇA DE TRABALHO	1.3.4. PROFISSIONAIS CATEGORIA P2 (SUPERIOR PLENOS) - SUPERVISOR ADMINISTRATIVO	POSTOS DE TRABALHO	1	R\$ 21.861,58	R\$ 262.338,96	
1 - DESPESAS CONTÍNUAS - FORÇA DE TRABALHO	1.4.1. PROFISSIONAIS CATEGORIA P3 (SUPERIOR JUNIORES) - ENGENHEIROS	POSTOS DE TRABALHO	4	R\$ 28.429,18	R\$ 1.364.600,64	
1 - DESPESAS CONTÍNUAS - FORÇA DE TRABALHO	1.4.2. PROFISSIONAIS CATEGORIA P3 (SUPERIOR JUNIORES) - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	POSTOS DE TRABALHO	1	R\$ 14.991,76	R\$ 179.901,12	

DE TRABALHO		TRABALHO				
1 - DESPESAS CONTÍNUAS - FORÇA DE TRABALHO	1.5. PROFISSIONAIS CATEGORIA P4 (SUPERIOR AUXILIAR)	POSTOS DE TRABALHO	1	R\$ 12.360,41	R\$ 148.324,92	
1 - DESPESAS CONTÍNUAS - FORÇA DE TRABALHO	1.6. PROFISSIONAIS CATEGORIA T3 (TÉCNICO PLENO)	POSTOS DE TRABALHO	2	R\$ 7.334,41	R\$ 176.025,84	
2. DESPESAS EVENTUAIS	2.1 - CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E/OU PESQUISAS NO ÂMBITO DAS CONCESSÕES RODOVIÁRIAS. (Por Demanda)	UD1	4	R\$ 40.449,32	R\$ 161.797,28	
2. DESPESAS EVENTUAIS	2.2 - FORNECIMENTO DE DESLOCAMENTO TERRESTRE PARA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO TÉCNICO – (Por Demanda)	UD2	25	R\$ 447,04	R\$ 11.176,00	
2. DESPESAS EVENTUAIS	2.3 - FORNECIMENTO DE DESLOCAMENTO AÉREO PARA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO TÉCNICO – (Por Demanda)	UD3	36	R\$ 919,68	R\$ 33.108,48	
2. DESPESAS EVENTUAIS	2.4 - DIÁRIAS – (Por Demanda)	UD4	72	R\$ 314,90	R\$ 22.672,80	
VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA				R\$ 16.308.472,20		

8 - DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO COMO UM TODO (art. 24, §1º, VII, da IN 05/2017)

A contratação em questão trata-se de prestação de serviços técnicos especializados de engenharia consultiva para o apoio ao desenvolvimento das atividades de competência legal Gerência de Engenharia e Meio Ambiente de Rodovias - GEENG da Superintendência de Exploração de Infraestrutura de Rodovias - SUINF da ANTT, em caráter subsidiário aos servidores alocados na GEENG.

Como já abordado, a contratação é fundamental para que haja a continuidade das ações hoje realizadas tendo por objeto o Contrato Administrativo nº 075/2014, observando-se que, as atividades listadas compreendem as competências regimentais da GEENG/SUINF. Além do que o modelo de negócio ora proposto, permitirá a eficiência da gestão, eficiência da fiscalização, otimização da equipe, qualificação da equipe, absorção de conhecimento por parte dos servidores da ANTT, otimização de recursos públicos, equalização das condições tecnológicas das análises realizadas na ANTT em correlação com os projetos propostos pelas concessionárias.

9- JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 24, §1º, VIII, da IN 05/2017)

Para a análise de projetos e estudos de engenharia, são procedimentos que demandam a interface das várias disciplinas abrangidas nos produtos objeto da contratação. No presente caso, permeiam as 03 temáticas que apenas foram distribuídas pela equipe alocada, o que permitirá a melhor fiscalização.

Conforme a estrutura organizacional estabelecida na Resolução nº 5.810/2018, que aprova o Regimento Interno da Agência, a GEENG tem como atividades centrais analisar aspectos de engenharia e gerenciar atividades relacionadas a assuntos ambientais no âmbito da exploração da infraestrutura rodoviária. Para tanto, dispõe de 03 (três) Coordenações, a saber:

- Coordenação de Projetos e Estudos de Rodovias - CPROJ: cuida da análise e desenvolvimento de estudos, projetos e orçamentos de engenharia.
- Coordenação de Faixa de Domínio de Rodovias - COFAD: cuida da verificação da adequação do projeto de engenharia analisado com as questões de desapropriação ou utilização da faixa de domínio, sobremaneira no que concerne à compatibilidade com o projeto de desapropriação e análise do mesmo.
- Coordenação de Assuntos Ambientais de Rodovias - COAMB: cuida da gestão e análise de assuntos ambientais.

Neste esboço, cumpre evidenciar que as atividades dessas Gerência se realizam de forma integrada, de modo a, essencialmente, procurar cumprir 2 (dois) quesitos principais: o primeiro, atinente à verificação do atendimento dos aspectos de engenharia e meio ambiente vinculados aos Contratos de Concessões e aos Programas de Exploração Rodoviária - PERs, respectivos a cada Concessionária.

O segundo, é relativo à avaliação do valor de referência e atendimento às normas técnicas aplicáveis aos estudos e projetos para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, o que se dá em decorrência da inserção de novos investimentos nos Contratos de Concessões Rodoviárias. Em ambos os casos, as participações das Coordenações guardam relevante interdependência para que a Gerência, enfim, emita seus Pareceres que irão orientar as demais áreas da SUINF.

A exemplo disso, podem-se citar as análises dos Estudos de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental - EVTEA. Nelas, a apreciação deve dar-se de forma multidisciplinar, atuando o apoio técnico na verificação especializada dos aspectos que envolvem todas as 3 (três) Coordenações de uma só vez. Tome-se por base o levantamento dos investimentos (*Capital Expenditure* - CAPEX) para fins de apuração dos custos de implantação do empreendimento, item inerente a esse tipo de estudo. Neste caso, faz-se necessária a manifestação de profissionais com experiência tanto em engenharia rodoviária quanto em desapropriação, além de meio ambiente, a fim de avaliar os métodos de estimativas empregados para levantamento dos gastos com indenizações, execução de obras e serviços, medidas e programas ambientais. Portanto, os profissionais do apoio técnico trabalham permeando as Coordenações de forma coesa, com vistas a um único objetivo, de forma a municiar a GEENG com elementos técnicos que permitam formular um Parecer Técnico consubstanciado e conclusivo acerca da questão.

Podem-se mencionar ainda as análises de engenharia de projetos relativos a novos investimentos. Nestes casos, o valor pleiteado e analisado no âmbito da GEENG, expresso na planilha orçamentária correspondente, contempla itens que abrangem desde o custo direto da obra até as áreas passíveis de desapropriação e valores pleiteados, passando ainda por gastos ambientais decorrentes de compensação ou medidas mitigadoras, o que, de forma salutar, demandam uma gestão e análise integradas, com uma só equipe de técnicos, e sob a orientação de uma única equipe de coordenação.

Nessas situações, e na grande maioria das atividades desenvolvidas no âmbito da GEENG, atuará o apoio técnico especializado em uníssono, de sorte a fornecer elementos técnicos de análise que subsidiem a tomada de decisão da Gerência e a emissão de seus pareceres.

Desta forma, a equipe técnica necessária à consecução dessas atividades deve vincular-se a uma única coordenação, de sorte a garantir a agilidade na obtenção das informações e padronização de procedimentos. Com isso, evitam-se situações em que não há consenso de metodologias de trabalho decorrentes de um fracionamento do objeto devido ao loteamento do certame, compondo, por exemplo, 3 (três) Equipes distintas por Coordenação cujo sucesso do trabalho integrado entre elas não é garantido.

Sob a ótica da economicidade, há de se ressaltar ainda que o loteamento demandaria incremento de profissionais na Coordenação (pois cada lote deve possuir sua equipe de coordenação específica), bem como a equipe de apoio técnico administrativo, não permitindo esses profissionais

transversalmente. Isto se dá porque, ao se dispor da equipe mínima apresentada no Termo de Referência deste certame, se previu um aproveitamento de determinados profissionais conforme a demanda das coordenações exigir. Logo, ao invés de 3 (três) Equipes distintas, cada uma atendendo a uma Coordenação da GEENG, viabiliza-se uma otimização tanto da coordenação geral, do apoio técnico quanto dos técnicos disponíveis ao trabalho. Portanto, o loteamento desse objeto especificamente tende a aumentar o valor de referência, sendo mais econômico dispor de lote único.

Em razão do exposto, entende-se por inviável o loteamento do certame, de forma que a adoção de lote único não só evitará prejuízos à Administração como trará benefícios do ponto de vista da gestão e atingimento dos objetivos da GEENG. Por fim, reitera-se que o fracionamento do que hoje figura como Contrato existente de prestação de serviços de apoio já produziu as subdivisões de escopo necessárias, sendo dispensável e desaconselhado para o caso específico da presente licitação.

10– DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS (art. 24, §1º, IX, da IN 05/2017)

Não se aplica.

11 – PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO (art. 24, §1º, X, da IN 05/2017)

- | | |
|----|---|
| 1. | Disponibilidade de instalações físicas para os 40 (quarenta) profissionais alocados |
| 2. | Disponibilidade de equipamentos de informática e telefone para os profissionais alocados. |

12– CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (art. 24, §1º, XI, da IN 05/2017)

Não há. Para a delimitação do objeto, foi promovido levantamento a miúdo das ações propostas no Termo de Referência e promovido o cruzamento com as demais contratações existentes ou em fase de planejamento e licitação no âmbito da SUINF, constatando-se que não há sobreposição, correlação, interdependência ou conflito entre os objetos.

13– DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante do que foi apresentado neste estudo preliminar, entende-se que a contratação é viável.

14 – ASSINATURAS DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Nome: **FERNANDO DE FREITAS BEZERRA**

Matrícula/SIAPE: 1020498

(assinado e datado digitalmente)

FERNANDO DE FREITAS BEZERRA
Gerente de Engenharia e Meio Ambiente de Rodovias

_____, ____ de _____ de 2020.

Nome: **ARILENA COVALESKY DIAS**

Matrícula/SIAPE: 1667113

(assinado e datado digitalmente)

ARILENA COVALESKY DIAS
Coordenadora de Projetos e Estudos de Rodovias

_____, ____ de _____ de 2020.

Nome: **VALDEYLSO ALVES DA SILVA**

Matrícula/SIAPE: 1664551

(assinado e datado digitalmente)

VALDEYLSO ALVES DA SILVA
Coordenador de Faixa de Domínio de Rodovias

_____, ____ de _____ de 2020.

Nome: **MAURO RODRIGUES SANJAD**

Matrícula/SIAPE: 1518550

(assinado e datado digitalmente)

MAURO RODRIGUES SANJAD

Coordenador de Assuntos Ambientais de Rodovias

_____, ____ de _____ de 2020.

Autoridade Competente

Nome: **MARCELO ALCIDES DOS SANTOS**

Matrícula/SIAPE: 1677937

O presente planejamento está de acordo com as necessidades da ANTT, mesmo que a Equipe de Planejamento da Contratação tenha se pronunciado pela inviabilidade da contratação. No mais, atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área responsável priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos, pelo que recomendamos a aquisição proposta.

(assinado e datado digitalmente)

MARCELO ALCIDES DOS SANTOS

(Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária)

_____, ____ de _____ de 2020.

OBS 1: Os Estudos Preliminares devem obrigatoriamente conter o disposto nos incisos I, IV, VI, VIII e XII do §1º do art. 24 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017 (itens 2, 5, 7, 9 e 13)

OBS 2: A Equipe de Planejamento da Contratação deverá apresentar justificativas no próprio documento que materializa os Estudos Preliminares quando não contemplar quaisquer dos incisos de que trata o § 1º deste artigo.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO DE FREITAS BEZERRA, Gerente**, em 20/03/2020, às 18:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MAURO RODRIGUES SANJAD, Coordenador(a)**, em 21/03/2020, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ARILENA COVALESKY DIAS, CARGO COMISSONADO TÉCNICO**, em 22/03/2020, às 23:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **VALDEYLSON ALVES DA SILVA, Fiscal Administrativo Substituto**, em 23/03/2020, às 13:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2728393** e o código CRC **0ED748E2**.